

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS

**A DIMENSÃO TEÓRICO-PRÁTICA DA
PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL
NO CONTEXTO INSULAR
(R.A.A.)**

Maria Lorena de Melo Azevedo Freitas

Relatório de Mestrado em Serviço Social

Urzelina, 2013



**A DIMENSÃO TEÓRICO-PRÁTICA DA
PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL
NO CONTEXTO INSULAR
(R.A.A.)**

Maria Lorena de Melo Azevedo Freitas

Relatório apresentado ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

Urzelina, Novembro de 2013

Resumo

Com este trabalho pretende-se fazer uma apresentação e reflexão sobre a actividade desenvolvida pela mestranda, assumindo duas componentes: o exercício da prática profissional e a apresentação de algumas reflexões feitas sobre questões, como o abandono escolar, o abandono escolar e o trabalho infantil, e o abandono escolar e a exclusão social.

Este trabalho produzido surgiu no âmbito da frequência do III Curso de Mestrado em Serviço Social, 2005/2006.

Apesar das disparidades entre países e regiões, a problemática do trabalho infantil é hoje uma realidade generalizada a nível mundial, com maior incidência nos países sub desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Por outro lado, importantes modificações estruturais dos modelos de intervenção têm surgido, exigindo assim uma reflexão sobre as questões do trabalho infantil relacionadas com o abandono escolar, e as implicações que acarretam ao Homem na sua totalidade.

Para combater o abandono escolar e o trabalho infantil é necessário actuar-se logo no início do problema, assim, poderá ser mais fácil a sua resolução e, em vez de se recorrer à remediação, poder-se-á recorrer à prevenção. Para que tal aconteça, deve-se começar por trabalhar desde cedo com as famílias que se apresentam, à partida, como mais problemáticas e/ou carenciadas, começando com o combate a estes fenómenos logo desde o ensino pré-escolar, ou pelo menos desde o 1º ciclo escolar.

A complexidade da temática do trabalho infantil e a grande diversidade de situações, faz com que continue a ser necessário o estudo e a investigação para melhor se conhecerem as causas e as consequências que esta forma de exploração tem sobre as crianças. Para além disso, só com base na pesquisa e no aprofundamento da temática é que é possível o surgimento de novas propostas e medidas de eliminação do trabalho infantil.

Palavras-chave:

Prática profissional – Abandono Escolar – Trabalho Infantil.

Abstract

With this work we intend to present the activity of the social worker and offer a reflection regarding two aspects: the exercise of the professional practice and some considerations on issues such as school dropout, school dropout and child labor, and school dropout and social exclusion.

This work was produced during the III Master Degree in Social Work, 2005/2006, by the social worker.

Despite the disparities between countries and regions, the problem of child labor is still a globally widespread reality, with the highest incidence in underdeveloped or developing countries. On the other hand, important structural modifications of intervention models have arisen, thus demanding for a reflection on the issues of child labor-related school dropout and its implications in the human as a whole.

To combat school dropout and child labor it is necessary to act at the source of the problem, that is, we need to resort to prevention instead of remediation. For this to happen, we must start working early on with families who are more problematic and/or vulnerable, attenuating these conditions right from the pre-school or, at least, during elementary school.

Owing to the complexity of child labor and the great diversity of cases, it is necessary to continue its study, to better know the causes and consequences that this form of exploitation has on children. Furthermore, only resorting to research and the deepening of the theme is it possible the emergence of new proposals and measures to eradicate child labor.

Keywords:

Professional Practice – School Dropout – Child Labor.

Abreviaturas

CNASTI - Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil;
CNCTI - Conselho Nacional de Combate à Exploração do Trabalho Infantil;
CRP – Constituição da Republica Portuguesa;
CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco;
DRE – Direcção Regional de Educação;
DREPA – Direcção Regional de Estudos e Planeamentos;
GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento;
ISMT – Instituto Superior Miguel Torga;
IAC – Instituto de Apoio à Criança;
IAS – Instituto de Acção Social;
INE – Instituto Nacional de Estatística;
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;
IGT – Inspeção Geral do Trabalho;
IPEC – Programa Internacional Para a Eliminação de Trabalho Infantil;
IRS – Instituto de Reinserção Social;
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social;
OIT - Organização Internacional do Trabalho;
ONU – Organização das Nações Unidas;
PEETI - Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil;
PEF - Plano de Educação e Formação;
PETI - Plano para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil;
PIB – Produto Interno Bruto;
RAA – Região Autónoma dos Açores;
RMG – Rendimento Mínimo Garantido;
RSI – Rendimento Social de Inserção;
SIETI - Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil;
SRHE – Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos;
TIL – Técnica de Intervenção Local;
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância;
ZEE – Zona Económica Exclusiva.

Índice

Introdução	07
1. Açores	09
1.1 Análise Segundo o Sector de Actividade	11
1.1.1 Sector Primário	11
1.1.2 Sector Secundário	12
1.1.3 Sector Terciário	13
2. Dimensão do Contexto Sócio Político Onde Decorre a Acção e sua Importância na Actuação Prática	14
3. Funções Exercidas Durante o Período em Análise	19
3.1 Prática como um Processo Interactivo Entre o Técnico e o Utente	19
3.2 Apoio às Instituições	22
3.3 Representação do Serviço	24
4. Enriquecimento Académico	25
4.1. Abandono Escolar	26
4.2. O Abandono Escolar e o Trabalho Infantil	29
4.3. O Abandono Escolar e a Exclusão Social	35
4.4 Síntese Reflexiva	37
5. Considerações Finais	40
6 . Referências Bibliográficas	53

Introdução

Com a apresentação deste relatório visa-se a caracterização da actividade profissional e científica desenvolvida propõe-se à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga – ISMT, ao abrigo do decreto-lei nº 64/2006 de 21 de Março, da portaria nº 401/2007 de 5 de Abril e particularmente, do artigo 45º decreto-lei nº 74/2006 de 24 de Março (alterado pelo decreto-lei nº 107/2008 de 25 de Junho) em consonância com o definido pelos órgãos competentes do ISMT.

O trabalho encontra-se dividido em cinco vectores.

Num primeiro momento procedeu-se à contextualização geográfica e socio económica onde o Técnico desenvolve a sua acção, procedendo-se a uma análise sucinta segundo o sector de actividade produtiva desenvolvida.

Num segundo momento tratou-se da contextualização onde decorre a acção e, a sua importância na actuação prática, que por sua vez conduz à reestruturação e a novas formas de redimensionar e encarar as problemáticas sociais e o impacto daí advindo, no processo da mudança social.

Num terceiro momento debruçamo-nos sobre as funções exercidas enquanto Técnico, relatando os seguintes vectores: a prática profissional como um processo interactivo entre o Técnico e o utente; o apoio prestado às instituições do concelho de Velas, terminando com uma alusão às instancias em que o Técnico representava o Serviço.

Num quarto momento, abordamos questões como o abandono escolar, abandono escolar e trabalho infantil e abandono escolar e exclusão social, tendo este ponto culminado com uma síntese reflexiva.

Num quinto momento julgou-se atinente fazer algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido pelo Técnico, quer seja ao nível da prática quotidiana, quer seja sobre as reflexões teórico-metodológicas que foram alicerçadas e sedimentadas por um levantamento bibliográfico exaustivo sobre as temáticas em apreciação, bem como uma leitura e análise crítico-reflexiva do mesmo.

Sendo a mudança social uma condição inerente à existência humana, uma vez que o processo de mudança transforma o modo de vida humano e vice-versa, é unanimemente considerado que o estudo das mudanças sociais é um dos mais desafiantes e interessantes para as Ciências Sociais. O desafio está na complexidade do tema que com o seu dom da

ubiquidade, leva a que as pessoas o considerem uma parte integrante da sua vida. No entanto, produz diferentes formas de interpretação, por uns é temida, por outros é desejada.

Para nosso interesse convém sobretudo questionar a mudança social de forma a conhecê-la, ou seja, perguntar como ocorre, porque ocorre, como se manifesta, onde e quando?

Examinando estas diferentes questões sobre um fenómeno social em mudança, permite-nos identificar, clarificar a extensão das alterações, decidir até que ponto e de que modo um sistema se encontra num processo de mudança, bem como, apontar o que permanece estável, criando uma base de comparação que permite medir alterações.

Assim sendo, as mudanças sociais requerem das ciências sociais novas abordagens, que não decorrem automaticamente dos paradigmas existentes. Para o Serviço Social a compreensão das mudanças sociais é vital porque influencia a definição da trajectória da profissão e o seu formato. Por um lado garante a sua consolidação ou por outro a sua renovação, procurando sempre a sua adequação à realidade e à sua função social.

1. Açores

Ao propormo-nos elaborar este relatório de actividades achamos por bem, proceder à contextualização do espaço geográfico onde desenvolvemos a nossa actividade profissional.

Abordagem esta que teve maior incidência, embora que deliberadamente numa explanação dos aspectos económicos, por se considerar que é através do menor ou maior grau de desenvolvimento económico de uma região que podemos aferir os níveis de sucesso, quer seja ao nível do desenvolvimento local do individuo enquanto cidadão gerador de fonte de riqueza. Depende assim do nível de inserção deste e da sua participação na elaboração e definição das políticas sociais, bem como da sua relação com a estrutura económica. Assim sendo, debruçamo-nos sobre os aspectos económicos que caracterizam a realidade económica açoriana, no entanto, não queremos descorar o seu enquadramento geográfico.

A situação geográfica do arquipélago,¹ no Atlântico Norte e bem afastado das plataformas continentais, europeia e americana, diferenciam-no marcadamente, das restantes ilhas europeias nas quais as bases económicas se centram em actividades mais ligadas ao lazer. Enquanto nos Açores pontuam actividades nos domínios, primário e transformador. Importa referir, que na última década do século passado esta tendência tem vindo a alterar-se. Prova disso, podemos apontar o investimento que tem sido feito ao nível da dinamização do arquipélago como ponto de referencia turístico e o investimento que tem sido desenvolvido quer seja por entidades privadas, quer seja pelo Governo Regional na remodelação dos espaços existentes quer na construção de novas infraestruturas. Nos últimos anos tem-se assistido a um esforço na venda do “Produto Açores”, tanto nos mercados nacionais como nos internacionais.

A economia dos Açores tem as características básicas de uma pequena economia aberta, com população,² área³ e produto reduzidos, comuns a economias insulares de pequena

¹ O arquipélago dos Açores, constituído por nove ilhas habitadas, situa-se no Oceano Atlântico, estendendo-se entre as seguintes coordenadas geográficas:

36° 55' e 39° 43' latitude Norte 24° 46' e 31° 16' longitude Oeste.

² Segundo dados do INE (censos de 2011) o arquipélago dos Açores conta com uma população de 246.772 habitantes. Segundo a faixa etária a população encontra-se distribuída da seguinte forma: de 0 a 14 anos 44.197 (17,9%); dos 15 a 24 anos 34.731 (14,1%); dos 25 a 64 anos 135.466 (54,9%); e com mais de 65 anos 32.378 (13,1%). Sendo a distribuição por ilhas a seguinte: Ilha de S. Miguel 137.856; Ilha Terceira 56.437; Ilha do Faial 14.994; Ilha do Pico 14.148; Ilha de S. Jorge 9.171; Ilha de Sta. Maria 5.552; Ilha Graciosa 4.391; Ilha das Flores 3.793; e Ilha do Corvo 430.

³ A área total do arquipélago ronda os 2.333 km², correspondendo a 2,5% do total do território nacional. A ZEE (Zona Económica Exclusiva) dos Açores é de cerca de 938.000 km².

dimensão. Estas paridades estendem-se a factores de maior ou menor isolamento geográfico,⁴ bases restritas de produção, de economias de escala, manifestadas através da indivisibilidade de factores, por custos mais elevados em termos de infraestruturas, investimento e produção. São também mínimas ou inexistentes as áreas e lobbies próprios de influência, reduzidos o número de mercados de exportação e de fornecedores e uma alta vulnerabilidade a riscos e catástrofes naturais.

O mercado interno, confrontado com a fraca expressão do consumo potencial, limitado pela fragmentação em nove parcelas desigualmente povoadas, resultando numa fraca e dispendiosa mobilidade de factores e mercadorias, não propicia a integração económica do arquipélago. Tal facto, conduz somente à viabilização de algumas produções não sujeitas a concorrência externa, ou em que se dispõe de vantagens naturais. Deste modo, coexistem duas áreas de actividade económica, uma essencialmente virada à exportação para espaços nacionais (continente e Madeira) e já com alguma perseverança para o mercado comunitário, com especial destaque para a Espanha e Itália, e uma outra área caracterizada pela fraca dimensão das unidades produtivas, viradas para a satisfação das necessidades locais. Na fronteira, poder-se-á delimitar um terceiro conjunto de actividades, ligadas à prestação de serviços, as quais conhecem alguma expressão devido ao factor dispersão territorial que obriga a um certo desdobramento na oferta dos bens e serviços.

O sector privado da economia regional denota e comporta alguma fragilidade. As áreas comerciais, de marketing e promoção são ainda insuficientes. As preocupações com a produtividade e qualidade são ainda incipientes. As políticas conducentes à conservação do meio ambiente estão ainda arredadas dos objectivos das empresas. Os circuitos comerciais são controlados exogenamente, fenómeno que se tem vindo a verificar ultimamente em alguns sectores produtivos de maior dimensão através de aquisições por grupos económicos nacionais, conduzindo a uma certa insegurança, dependência e transferência para o exterior de excedentes económicos importantes. Para além da reduzida dimensão da maioria das empresas, da distância aos grandes mercados viabilizadores de escalas mínimas de produção, e demais condicionalismos, adiciona-se uma certa proliferação dos agentes e multiplicação das respectivas associações pelas diferentes ilhas, verificando-se recentemente, com algum sucesso, uma tentativa de articulação e concentração da representação.

⁴ As distâncias às costas do continente europeu são de cerca de 1.500 km, de 3.900 km da América do Norte e a cerca de 3.500 km de Bruxelas.

O investimento privado, apesar de alguma reanimação com a implementação de sistemas de incentivos e uma melhor dotação de infraestruturas, ainda não é suficiente. A percentagem do investimento estritamente privado no total da despesa de investimento, ronda os 40%, enquanto a nível nacional esta relação é de 70%, (Secretaria Regional das Finanças, planeamento e Administração Pública; Direcção Regional de Estudos e Planeamento) o que atesta a fraca participação das empresas privadas regionais no investimento da Região, o que nos leva a concluir que grande parte das poupanças das famílias açorianas é drenada para fora do arquipélago.

1.1 Análise segundo o Sector de Actividade

1.1.1 Sector Primário

O sector primário desempenha ainda um papel importante, senão o mais importante, na actividade económica regional, quer na sua contribuição para a formação do produto interno bruto, quer na afectação de activos empregados.

A actividade agrícola, no geral, apresenta alguns problemas de natureza estrutural - envelhecimento da população activa, baixo nível de instrução dos agricultores, estrutura fundiária distorcida baseada na pequena e mini-exploração e uma organização empresarial incipiente.

Actualmente, esta situação apresenta tendências a alterar-se, mercê de um conjunto pontual de incentivos comunitários e regionais aos jovens agricultores, despontando uma nova classe de empresários agrícolas, aglutinados em torno de associações que começam a ganhar peso económico e político.

Com excepção da pecuária e seus derivados, a produção agrícola está essencialmente direccionada ao auto-abastecimento e comercialização local de excedentes, è excepção da cultura do ananás. A produtividade das produções agrícolas é baixa, situando-se entre 30 e 55% (DREPA) da obtida a nível comunitário, contribuindo para o efeito, para além dos problemas estruturais focados, um baixo índice de mecanização e dificuldades de abastecimento de alguns consumos intermédios das explorações, nomeadamente água e energia.

É, de facto, na produção pecuária que se obtêm as melhores produtividades, vindo essa produção a aumentar de peso relativo na formação do produto agrícola, ultrapassando os 70%, e na ocupação dos solos, atingindo os 82% a afectação da superfície agrícola útil a pastagens permanentes. No contexto nacional, a produção pecuária regional, nomeadamente a relativa a lacticínios, é das mais importantes, tendo desempenhado um papel de abastecedor destes produtos no continente português.

A pesca, tirando partido da natureza insular da Região, é por natureza uma actividade económica com certo peso no sector. É uma actividade em expansão, donde sobressai o crescimento, mais que proporcional em relação ao contexto nacional, de activos nesta actividade. A pesca de tunídeos é o segmento com maior desenvolvimento, revertendo como matéria-prima principal para a indústria conserveira local, a qual orienta o escoamento da produção preferencialmente para a exportação. As restantes espécies capturadas pela frota artesanal destinam-se a consumo local e a exportação em fresco e refrigerado para mercados externos. A pesca de tipo industrial vai ganhando progressivamente importância, mercê de avultados investimentos em renovação da frota, pese embora, ainda, a limitação dos meios operacionais em terra, nomeadamente infra-estruturas portuárias adequadas e equipadas apropriadamente. No entanto, é de longe a pesca artesanal a que ocupa maior número de activos, mais por afinidades tradicionais do que por remuneração.

1.1.2 Sector Secundário

O sector secundário da economia regional, apesar das condicionantes próprias de uma pequena economia, conhece, mesmo assim alguma expressão no contexto da actividade económica regional, mais representativa no que concerne à sua contribuição para a formação do PIB do que no emprego, a indiciar um melhor nível de produtividade.

A produção industrial apresenta uma concentração ao nível das indústrias da alimentação, bebidas e tabaco. Com efeito, as principais unidades transformadoras justificam a sua dimensão pela disponibilidade local de algumas matérias-primas em que a Região dispõe de condições favoráveis à sua produção. São disto exemplo a produção de lacticínios, conservas de peixe, tabaco e açúcar de beterraba, apresentando as empresas destas áreas uma dimensão confortável, atendendo à escala regional, e sendo responsáveis por parte significativa do emprego no sector.

Também já é notória uma certa especialização na área florestal, com investimentos razoáveis, a que não são alheios os programas de apoio comunitário. A restante parcela da produção industrial resume-se a unidades de carácter artesanal, sendo a sua produção limitada ao consumo local, e em produtos que normalmente não são objecto de concorrência externa.

Os principais estrangulamentos à actividade industrial resultam naturalmente, da natureza periférica e dispersa do mercado regional, estando a comercialização para os espaços exteriores dificultada pela existência de circuitos de distribuição complexos, morosos e sobretudo dispendiosos.

1.1.3 Sector Terciário

Os serviços são o sector de actividade com maior peso estrutural na economia açoriana. Hoje, esse é um tema candente quando se toma consciência da predominância do sector terciário, lançando sobre toda a economia da região “o ónus da sua menor produtividade” (Santos, 1993: 27) e responsável, em grande parte, para que os níveis de produtividade global dos Açores sejam inferiores média nacional.

É neste sector que se encontra, actualmente, mais de metade da população activa, que responde por cerca de 52% do produto gerado na RAA, (Ibidem) havendo quem coloque dúvidas sobre a correspondência quantidade/qualidade. (Ibidem)

Consideramos existir alguns aspectos que contribuem para a situação económica dos Açores, os quais passamos a elencar:

O facto dos Açores serem uma região pequena repartida por nove ilhas no atlântico norte;

O número de habitantes por ilha é pequeno;

Dificuldades económicas devido às difíceis condições de acesso ao mercado exterior.

Anteriormente o arquipélago devido há sua localização geográfica foi considerado o centro do Atlântico Norte, factor este que tem vindo a decrescer de importância.

2. Dimensão do Contexto Sócio Político Onde Decorre a Acção e sua Importância na Actuação Prática

A instabilidade política e económica pela qual passa o país leva à reestruturação e a novas formas de redimensionar e encarar problemas levando à revisão de Leis que trarão alterações e implicações profundas mormente ao nível social. O que suscita instabilidade e morosidade na sua aplicabilidade, mudança dos responsáveis que ocupavam campos de charneira em determinados sectores não por sua iniciativa, mas sim devido a questões de natureza política.

Historicamente achamos estar a passar por um momento em que o saber individual não é valorizado. Esta instabilidade conjuntural também se reflecte e condiciona a intervenção do técnico, nomeadamente no que respeita à clarificação do que se pretende operacionalizar ao nível das políticas sociais.

O Assistente Social é quem coloca em prática as medidas de política social e espera-se que este profissional, seja capaz de ouvir, de criar uma relação de confiança com o utente, transmitindo interesse pela situação apresentada por este, estabelecendo um clima de aceitação recíproca entre o utente e a instituição, sendo que este profissional é portador de informação e mediação, tornando-se assim um mediador entre estes. (Weissshapt, 1988 e Choi, Murply, Pardeck, 1996)

Segundo Faleiros (1997) o Assistente Social deve analisar as possibilidades, oportunidades e previsibilidades de acção, ou seja, saber o que fazer, quando fazer e porquê fazer.

De acordo com a perspectiva de Weissshapt (1988), o reconhecimento e a legitimação da concretização do exercício do Serviço Social ocorre nas relações sociais que se proliferam nas instituições tendo como actores envolvidos o Assistente Social, o utente, os dirigentes da instituição e a comunidade em geral.

A intervenção do Serviço Social é universal, contudo as prioridades na sua prática variam consoante o país e a época em que se está, em consonância com as condições culturais, históricas, socioeconómicas, geográficas, políticas (Henríquez, 2001; Branco e Portas 1999)

Assim sendo, não se pode intervir em grupos subalternos, fragilizados, diminuídos socialmente isolando-os da sociedade em que estão inseridos, visto que eles são produto e reflexo da sociedade que os produziu / criou. Tendo ou não proporcionado a eles e às suas

famílias as condições de acesso ou não aos recursos económicos, acessibilidade à educação para que o seu processo de socialização seja integrativo e não exclusivo. A classe não é apenas um relacionamento entre grupos, é também a sua coexistência no interior de uma estrutura social, cultural e institucional estabelecida por aqueles que estão por cima. O mundo do pobre, embora elaborado, reservado e separado, é um mundo subalterno e, portanto, em alguns sentidos, um mundo incompleto, pois normalmente admite a existência de uma estrutura geral daqueles que detêm a hegemonia ou, de qualquer maneira, sua própria incapacidade de na maior parte do tempo fazer algo quanto a isso. O pobre aceita essa hegemonia, mesmo quando desafia algumas de suas implicações, porque, em grande parte, tem de aceitá-la. (Hobsbawm, 1987:64,)

As pessoas que recorrem ao atendimento social são regra geral pessoas fragilizadas, com uma história de vida conturbada, marcada por problemas que deixaram raízes profundas marcadas no carácter na postura e nas suas vivências. Um traço comum ao fazermos a triagem das situações problema prende-se com um forte sentimento de identificação em relação ao grupo de pertença. A maior dificuldade com que nos confrontamos ao nível da intervenção prática é a resistência à mudança. Os comportamentos estão calcinados e o corte com vivências passadas são praticamente intransponíveis. As pessoas espelham-se e perspectivam as suas aspirações tendo como meta e modelo a atingir a classe social que se lhes segue na escala hierárquica. Essa ascensão desejada é de difícil transposição porque a estas falta-lhe por vezes a escolaridade, capacidade de perseverança e resistência a situações novas que por vezes poderão ser adversas. Os níveis de auto estima são muito baixos, existe uma desvalorização e desinvestimento quer seja ao nível individual quer seja ao nível familiar, que se vai reflectir ao nível dos comportamentos que maioritariamente são de natureza conformista e de carácter divino. “Foi Deus que assim quis, é a vontade de Deus, o que devemos fazer contra os desígnios de Deus?”. As causas apresentadas para as situações vivenciadas são quase sempre explicadas e justificadas com base em factores exteriores ao indivíduo, frequentemente são apontados factores de ordem religiosa ou mística.

No que toca á consciencialização dos problemas as pessoas tem consciência das suas problemáticas no entanto falta-lhes capacidade operativa.

O Técnico quando intervêm deve ter a preocupação de se apropriar apenas do essencial, de modo a que seja feito um encaminhamento assertivo das situações, não dando azo a especulações e à curiosidade mórbida. Ao fazermos os registos no processo familiar devemos ter a preocupação e a honestidade de relatar e registar apenas os aspectos centrais, de uma forma clara e sucinta, deve-se evitar a emissão de juízos de valor, por conseguinte,

devemos fazer uma análise despojada de valores pessoais e os preconceitos a eles associados. Este procedimento deverá ser adoptado de forma a proteger o utente, porque devemos ter a noção e a preocupação com possíveis análises futuras por parte de outro Técnico. Os nossos escritos poderão “minar” a leitura e a análise da situação problema, condicionando a actuação do Técnico ao nível dos valores e dos preconceitos.

O Assistente Social deve ter conhecimento das linhas de orientação e actuação da entidade para a qual trabalha de modo a que não sejam defraudados os objectivos desta.

Na dialéctica estabelecida entre o técnico e o utente deverá ser utilizada uma linguagem clara e concisa. Julgamos que o Técnico tem o dever ético e moral de expor ao utente os propósitos da entidade para a qual trabalha e as limitações inerentes ao processo de minimização, superação e resolução da situação problema apresentada.

A sua intervenção deverá ser dirigida para a potencialização do utente, visando torná-lo um ser dotado de capacidade crítica e avaliativa da sua situação e da dos seus pares. Deve-se levá-lo a encontrar as soluções, deve-se ter a preocupação e sensibilidade de fazer uma educação orientada e direccionada para o optimismo. Segundo Helena Marujo (1999) quando nos deparamos na prática com pequenos progressos, estes devem ser valorizados como se de grandes feitos se tratasse. Esta actuação faz-se valorizando pequenos aspectos que por vezes poderão passar despercebidos, por exemplo, melhoria da apresentação ao nível da imagem, progressos ao nível da higiene individual e habitacional, melhoria ao nível da confecção de alimentos etc. Porém temos consciência de que este processo de educar para o optimismo é a parte mais complexa até mesmo dramática para o Assistente Social, porque implica da parte deste uma grande disponibilidade, clareza, frieza, empatia e isenção na análise das situações. Porque somos humanos, lamentavelmente, por vezes torna-se mais fácil alimentar dependências porque aí não autonomizamos, não potencializamos o utente mas sim aumentamos a sua dependência em relação aos Serviços e em relação ao próprio Técnico. Em nosso entender esta postura dá ensejo a que o Assistente Social se coloque num patamar superior, intocável, confinado às paredes de um gabinete, cercado de uma panóplia de papéis que analisa, ou finge analisar, como forma de defender a sua própria inoperância, bem como, a incapacidade proveniente das condições de trabalho advindas das entidades superiores que representa lhe oferecem. Deste modo, o distanciamento entre o Assistente Social e o utente é cada vez maior, porque se perde o contacto com a realidade que nos é oferecida nas visitas domiciliárias, no contacto face a face e tornamo-nos assim nuns burocratas operacionalizadores do sistema. Somos pagos para agir e não para pensar.

Sabemos que o processo de mudança não é fácil visto estarmos em algumas circunstâncias perante casos de destituição crónica, residual e é difícil quebrar este ciclo vicioso. Pensamos que só pela valorização da educação este ciclo vicioso poderá ser quebrado.

Para Neto (1992) a experiência socioprofissional tem comprovado que para um projecto profissional se afirmar na sociedade é necessário que ele tenha na sua base uma categoria organizada.

Os projectos profissionais requerem sempre uma fundamentação sobre valores de natureza explicitamente ética, isto é, a valoração ética atravessa o projecto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele. (Ibidem)

Os elementos éticos de um projecto profissional não se limitam a normalizações morais e /ou prescrições de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias dos profissionais.

Segundo Neto o Serviço Social enquanto profissão, não dispõem de uma teoria própria, nem é uma ciência, mas isto não impede que os seus profissionais realizem pesquisas, investigações e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas. Assim, o Serviço Social tem-se construído como uma área de produção de conhecimentos.

Na área do Serviço Social coloca-se a questão de redimensionar o ensino com vista à formação de um profissional capaz de responder com eficácia e competência às demandas tradicionais e emergentes da sociedade, em suma, visa a construção de um novo perfil profissional.

Com projecto Ético-Político-Profissional há uma ligação ao projecto societário que propõem a construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe, etnia e género. O projecto afirma a defesa dos direitos humanos e a recusa dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo tanto na sociedade como no exercício profissional.

O projecto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o apropriamento intelectual do Assistente Social. Daí, a ênfase numa formação académica qualificada que deve estar aberta à preocupação com a autoformação permanente e estimular uma constante postura investigativa.

Segundo Paulo Neto ao Serviço Social cabe apenas responder a demandas sociais prático-empíricas. Ou seja em qualquer hipótese, o Serviço Social não se instaurará como núcleo produtor teórico específico, permanecerá profissão, e seu objecto será um complexo

heteróclito de situações que demandam intervenções sobre variáveis empíricas (Neto, 1992 :144).

Segundo Marília Andrade (1995) o Assistente Social possui cultura, sensibilidade política, saber, poder decisório e controle prático e simbólico sobre o acto profissional que garante o seu agir contra os abusos de poder e exercícios coercitivos.

3. Funções Exercidas Durante o Período em Análise

No desempenho da prática profissional procuramos identificar a situação da pessoa grupo ou comunidade com problemas sociais;

Identificar e fomentar as providências necessárias para garantir o acesso imediato e a participação da pessoa destituída nos serviços e recursos disponíveis em cada área da atenção pública; tornar disponível os suportes que se mostrem necessários para favorecer esse acesso e participação;

Promover a capacitação de recursos humanos para administrar a atenção pública para uma comunidade inclusiva; favorecer a concretização dos cidadãos, de maneira geral, quanto à responsabilidade de cada um no processo de construção de uma sociedade inclusiva.

Tais procedimentos constituíram-se nos primeiros passos de caracterização de um novo modelo de intervenção que se pretendia implementar. Este método ou forma de trabalhar no campo social caracteriza-se pela implementação de acções objectivas e afirmativas no sentido de ajustar/adaptar a sociedade, nas várias instâncias da atenção e da acção públicas, de forma a que ela se torne acolhedora para todos.

3.1 Prática como um Processo Interactivo Entre o Técnico e o Utente

Bem sabemos o quanto os nossos utentes são diferentes uns dos outros. Sabemos que cada um traz os conhecimentos já apreendidos, sabemos a que tipo de estratégia cada um reage melhor, sabemos quais dos nossos utentes aqueles que reagem melhor a uma intervenção em grupo, compreendem melhor quando trabalham em grupo, ou quais os que trabalham melhor em actividades individualizadas. Sabemos de que tipo de assunto cada um gosta mais, bem como para que assunto ou conteúdo cada um não mostra interesse... Sabemos quando alguém está particularmente triste, alegre, feliz... Enfim, cada um de nós foi aprendendo, no decorrer da nossa profissão, a conhecer e a reconhecer cada um dos nossos utentes. Este conhecimento individualizado prende-se com o facto do local onde exercemos a nossa actividade profissional ter um universo populacional na ordem dos seis mil habitantes.

Importa referenciar que o número de população flutuante que ocorre aos Serviços tem maior incidência durante o verão, o que acentua algumas fragilidades das respostas sociais. Estas por vezes assumem um carácter imediato. Isto porque torna-se difícil devido à

dispersão geográfica o contacto com os outros colegas tornando-se moroso, fazendo com que os níveis de stress do Técnico aumentam, levando a que as respostas sociais sejam mínimas, pouco reflectidas imediatistas.

Por exemplo quando se trata de situações que requerem alojamento e, atendendo a que se trata de uma comunidade pequena temos dificuldade em alojar estas pessoas em casas particulares.

Sabemos que ainda subsistem e persistem aqueles utentes residuais para os quais temos dificuldade em traçar um plano de intervenção.

Esta dificuldade em muitos casos deve-se a factores endógenos ao próprio utente, dificuldade em cumprir regras, baixa auto estima, não identificação com as estratégias veiculadas pelos serviços, iliteracia, comportamento reactivo a propostas de mudança.

Trabalhamos no sentido de procurar um modo de motivar, captar a atenção, de ajudá-los para que a mensagem que estamos a transmitir seja aprendida e interiorizada pelo grupo alvo a que se destina. Por vezes cai-se na tentação/ erro de se elaborar projectos, actividades muito complexas esquecendo-nos a quem se destina verdadeiramente a nossa actividade, a adequação do conteúdo que estamos a trabalhar e o grau de motivação ou não e para quem se direccionam.

Mas... continuamos sempre a tentar. Às vezes acertamos e conseguimos sucesso, às vezes, não... Às vezes mantemos a nossa calma, às vezes perdemo-la... mas em geral estamos sempre a tentar, procurando descobrir a forma que consideramos mais adequada para ajudar cada um. Queremos pensar e até mesmo acreditar que estamos a fazer o nosso melhor. Não obstante, devemos no nosso dia a dia fazer um questionamento e profunda reflexão da nossa intervenção, prática essa que nem sempre acontece, porque o Técnico está mais afeito à acção e não para à reflexão.

Cada um dos nossos utentes tem a sua história de vida, a sua história de aprendizagem, as suas características pessoais as suas necessidades específicas. E como ficamos nós, para responder a essa diversidade? Este é que é o verdadeiro enigma e encanto da nossa profissão. Quem está no terreno, no directo, ou se quiserem na linha da frente, por muito que planei o seu dia de trabalho é sempre surpreendido por situações que não estavam pautadas. Por exemplo, uma casa que arde, um idoso que se encontra internado no Centro de Saúde e que necessita urgentemente de uma resposta social, quer seja, um estudo para apoio domiciliário, seja um internamento, a elaboração de um relatório porque houve uma denuncia dos Serviços para as instâncias superiores e o órgão governamental que tutela, quer dados para responder à comunicação social e ao utente. No atendimento no Serviço de Acção Social

de São Jorge/Velas, procuramos permanentemente pautar e ter como linha sempre a pessoa humana, ou seja, o Homem situado em interacção com o seu meio sócio familiar. Apoio este que se traduz na ajuda a indivíduos, grupos e comunidades cujo equilíbrio se rompeu ou tende para a disfunção, ou a encontrar os meios necessários de responder às suas necessidades e aspirações, utilizando os seus próprios recursos e os da comunidade.

Com vista a alcançar os objectivos traçados buscamos investir na humanização das estruturas sociais de modo a desenvolver a personalidade do indivíduo, com a finalidade de atingir uma vida mais digna. Este trabalho passa por diversas fases:

- acolhimento do utente;
- esclarecimento dos recursos disponíveis;
- pesquisa de elementos pessoais e familiares que possam ser relevantes para a compreensão e posterior resolução da situação problema;
- estudo sócio – económico – cultural do meio envolvente para definição e esclarecimento da problemática apresentada pelo utente;
- articulação com as instituições da comunidade que possam contribuir para a solução dos problemas;
- fomento da humanização do Serviço de Acção Social de Velas, o que implica:
 - contribuir para uma atitude de respeito e compreensão para com o utente;
 - incentivar a generalização dessa atitude à comunidade envolvente.

Partindo do contacto directo com o grupo alvo, e até mesmo devido ao desgaste do dia-a-dia sentiu-se a necessidade de proceder a uma avaliação dos procedimentos efectuados, assim, analisou-se os aspectos positivos e negativos do funcionamento dos Serviços e a forma de os corrigir e renovar, para que o Serviço de Acção Social de São Jorge/Velas cumpra integralmente a sua função junto do utente, família e comunidade.

No directo, o trabalho passa ainda pela atribuição de subsídios de precariedade económica, apoio psicológico, encaminhamento para outros serviços da comunidade.

Para atingir os objectivos já mencionados e com vista ao estudo de casos, diagnóstico social e tratamento, o Serviço Social serve-se das técnicas de entrevista e dos vários tipos de reuniões.

Pretende-se com este procedimento uma aproximação ao utente na tentativa de incutir neste, a realidade concreta no que se refere aos recursos da comunidade (emprego, colocação e apoio financeiro) de modo a ajudar o utente a gerir os seus sentimentos de angústia e dependência, de maneira a que estes se adaptem às dificuldades reais da sua situação, de forma a eles próprios serem o alvo de mudança.

3.2 Apoio às Instituições

No que concerne ao apoio Institucional este desenvolveu-se nos seguintes domínios:

- Apoio técnico às Instituições do Concelho de Velas:

- Casa de Repouso “ João Inácio de Sousa”, nas valências de Internamento,

- Acompanhamento dos utentes internados,

- Apoio Domiciliário.

- Santa Casa da Misericórdia de Velas, na valência de Jardim de Infância e de Creche;

- Actividade de Tempos Livres

- Elaboração de pareceres técnicos para a Santa Casa da Misericórdia de Velas, sobre a situação de carência de determinadas famílias, com a finalidade desta Instituição participar na aquisição de medicação dos utentes mais carenciados;

- Instituição de Apoio à Criança com Necessidades Educativas Especiais do Concelho de Velas;

- Instituto de Santa Catarina, na valência de Lar Feminino e Lar Masculino (até Maio de 2005); Apoio Domiciliário e Actividades de Tempos Livres;

O apoio técnico às Instituições supra mencionadas traduz-se essencialmente por contactos com os utentes e reuniões com as direcções.

- Elaboração de pareceres técnicos para internamento na Casa de Repouso;

- Elaboração de estudos para Apoio Domiciliário.

- Colaboração na implementação do referido Serviço;

- Participamos como júri na qualidade de Vogal Efectivo, na selecção de auxiliares familiares, e de ajudantes de Creche;

- A convite da Santa Casa da Misericórdia de Velas, presidimos ao júri para selecção de educadoras de infância;

- Reuniões com Autarcas, com o objectivo de os sensibilizar para determinadas situações; nomeadamente na área da habitação;

- Reuniões periódicas com a S. R. H. E.;

- Elaboração de relatórios sociais a pedido do tribunal, nomeadamente para o Tribunal Judiciário da Comarca de Velas (entre outros).

Por diversas vezes o Técnico foi convocado e ouvido formalmente pelo Tribunal, em casos de menores que se encontravam em situação de risco Social, com a finalidade de traçarmos um plano de intervenção conjunta onde eram delineadas varias injunções que

deveriam ter orientação, apoio Técnico e supervisão para a sua execução. A periodicidade do apoio era estabelecida de acordo com as necessidades do caso. Regra geral o Técnico tinha de proceder à articulação, ou seja, ser o elo de ligação e fazer a mediação entre os vários serviços da comunidade, seja pelo facto dos utentes não terem capacidade operativa ou por se encontrarem fragilizados, com propensão para a ruptura o que dificultava em grande parte o plano de intervenção delineado.

No que se refere à terceira idade foram recebidos grupos de idosos pertencentes a Centros de Convívio que se deslocaram à Ilha de São Jorge em visita. Este apoio traduzia-se pela articulação com as Instituições da Ilha de forma a ser assegurado apoio logístico, Transportes terrestres, alimentação, organização de um roteiro turístico para visitar a Ilha.

- Procedeu-se à elaboração de informações Sociais para várias instâncias, sejam elas de natureza pública ou privada com vista à integração de alguns dos utentes do Serviço de Acção Social de Velas a nível profissional, nomeadamente ao abrigo de programas ocupacionais.

No âmbito do Rendimento Mínimo Garantido desenvolvi as seguintes actividades:

- Análise detalhada dos requerimentos;
- Visitas domiciliárias aos requerentes, com a finalidade de confirmar ou infirmar os dados declarados;
- Elaboração de Informações Sociais que posteriormente foram encaminhadas para o Centro de Prestações Pecuniárias de Angra do Heroísmo – Coordenação da Ilha de São Jorge;
- Elaboração da estatística mensal referente aos beneficiários do R. M. G.;
- Recrutamento e selecção de formandos para frequentarem o Curso de Serviços Domésticos e Formação em Alternância, ministrados pela Escola Profissional de São Jorge;
- Acompanhamento semanal dos mesmos no local onde decore a formação;
- Elaboração de Pedidos de Apoio Complementares. Apoios estes que visam minorar a situação desumana em que sobrevivem determinados agregados familiares do Concelho de Velas;
- Coordenação da Comissão Local de Acompanhamento, bem como, do Núcleo Executivo do Concelho de Velas;
- Participei num encontro de trabalho sobre o RSI, em Angra do Heroísmo a 22 de Abril de 2004.

Fui Coordenadora da Coordenação Local de Acompanhamento de Velas até Novembro de 2004.

3.3 Representação do Serviço

Como representante do Instituto de Acção Social exerceu-se a função de júri de vários concursos para a admissão de pessoal. Regra geral na qualidade de presidente, mas também na qualidade de vogal efectivo.

Delegado da Entidade patronal na Equipa Multidisciplinar de Apoio Sócio-Educativo, e, no Centro Municipal de Operação de Protecção Civil.

4. Enriquecimento Académico

O trabalho que nos encontrávamos a desenvolver para apresentar como dissertação, tem como objectivo fundamental a análise da interacção recorrente entre dois processos críticos, o abandono escolar e o trabalho infantil.

Através das leituras efectuadas pudemos constatar que este fenómeno tem tido diferentes (re)enquadramentos consoante a evolução sócio-histórica e económica da sociedade portuguesa: as modalidades de transição entre a escolaridade, a inserção laboral e o início de profissionalização, ao longo dos ciclos de vida individuais. A estruturação e reconfiguração das relações de género, com início na família de origem e período de escolaridade, processos de entrada na vida adulta e constituição da própria família, têm assumindo diferentes enquadramentos consonantes com a conjuntura sócio-histórica pela qual está a passar o mundo. Sendo que o reflexo dos impactos daí provenientes são sentidos e vivenciados de formas diferentes, bem como, a sua leitura e a sua contextualização.

Como vivem e evoluem os jovens que não concluíram a escolaridade obrigatória nas três escolas básicas integradas da ilha de São Jorge. De que forma o contexto sócio-económico da família de origem (escolaridade e situação perante o trabalho dos pais), a zona de residência, o “efeito escola” se fazem sentir nos percursos e sucesso escolares de umas e outros? A que ponto intervirão as contingências familiares - em termos de rendimentos, prestação de cuidados, partilha de tarefas, relação com o exercício das primeiras actividades remuneradas. – em decisões como as de abandonarem a escolaridade sem concluírem a escolaridade obrigatória, ingressarem no mercado de trabalho prosseguimento de estudos ou de início de situações de conjugalidade, por exemplo, para os e as jovens? De que forma este acumular de efeitos vem, por sua vez, a condicionar mais tarde as condições de inserção laboral e de constituição/reconstituição da própria família?

Eis algumas das questões a que pretendíamos dar resposta com esse estudo. Assim sendo, o suporte teórico em que nos apoiamos convoca as teorias da educação. Estas teorias constituem reformulações críticas dos modelos neoclássicos, afins das teorias do investimento em capital humano, ao incorporar toda uma linha de críticas que às mesmas vem sendo dirigida. Deste modo, permitem a consideração explícita de processos bastante realistas: a intervenção de quebras e interrupções nos percursos (designadamente escolares), a reversibilidade de decisões (como, por exemplo, mudanças de opção de formação), o acumular dos efeitos de estratégias diferenciadas, não lineares, de potencial ruptura que

reconfiguram padrões complexificados de assimilação das teorias. Aachamos não existirem teorias puras na abordagem da realidade social, dado que esta é dinâmica e está sujeita a inputs internos e externos, que contribuem para que o Homem se torne um ser bio-psico-social com características e especificidades próprias intrínsecas à sua condição humana.

A recolha de informação foi feita através de um questionário. Os questionários foram concebidos de forma a considerarem seis blocos: Dados Pessoais; Percurso Escolar; Ingresso no Mundo do Trabalho; Relações Familiares; Alterações no Percurso Laboral; Actividade Laboral Actual.

O questionário foi aplicado a 15,9% da população da amostra, presencialmente na residência dos inquiridos – mulheres e homens – que não concluíram o 9º ano de escolaridade nos anos lectivos que vão de 1996/97 a 2003/04, nas três Escolas Básicas Integradas da Ilha de S. Jorge (Velas, Calheta e Topo).

A escolha destas escolas teve por critério confrontar as suas realidades de modo a analisar a existência ou não de níveis de abandono escolar relacionado com o início de uma actividade laboral. Esta análise em nosso entender é importante visto se considerar que estamos perante uma ilha marcada por realidades económicas distintas, que lhes servem de enquadramento. Com efeito, não podemos referir a existência de uma disparidade no que respeita ao nível económico e origem social dos alunos, porque estas escolas cobrem uma população constituída por filho(a)s das classes média e média alta, e famílias de rendimentos mais baixos. Estamos face a um sistema de ensino público em que, embora existam assimetrias estas não se tornam condição para o insucesso do aluno. Por outro lado, o facto de pretendermos recolher a amostra em estudo a partir dos ficheiros de escolas, ao contrário de outros estudos realizados junto das famílias, tinha como objectivo explícito o do aprofundamento do chamado “efeito escola”, tendo este nos sido vedado.

4.1. Abandono escolar

O abandono escolar, frequentemente é entendido como uma consequência do insucesso escolar e pode ser definido como desistência. Denota que o aluno abandona a escola sem concluir o nível de ensino que está a frequentar por razões que não são a transferência ou a morte.

As crianças que abandonam a escola não são diferentes das que a frequentam, essas crianças apresentam normalmente alguns problemas que poderão encontrar-se associados, tais como: sentimentos de insegurança; insucesso repetido; desmotivação; baixa assiduidade às aulas, mas não forçosamente à escola; indisciplina; intenção de ingressar no mercado de trabalho; falta de gosto pelos estudos; decisão dos pais.

As razões deste fenómeno também se devem procurar, na carência de rendimentos por parte das famílias para fazer face às necessidades do agregado familiar, na ausência sistemática dos pais, na separação conflituosa destes, bem como no mau ambiente familiar e nas carências de educação e de cultura do meio familiar que sirvam para apoiar a aprendizagem dos filhos, e, de referir ainda, o facto do local de residência do aluno ficar afastado das estruturas escolares, fazendo com que o tempo despendido em transportes seja longo e dificultando as trocas família-escola.

Fenómenos como o abandono e o insucesso escolar, só recentemente são tratados como problemas que exigem explicação e resolução. *“Anteriormente, o insucesso, sinal de exigência, podia até ser visto como marca de qualidade dum sistema, dum escola, ou dum professor, enquanto o abandono era a solução única para grande parte das situações de desencontro aluno/escola”* (GEP; 1992: 7).

Presentemente, o abandono escolar continua a ser um problema inquietante, sobre o qual se torna importante debruçarmo-nos, quer seja pela extensão que adquire, quer seja pelas repercussões/impacto que terá na vida dos indivíduos e das sociedades.

Convém mencionar que o conhecimento do fenómeno do abandono no sistema educativo é ainda deficiente.

O abandono escolar marca o fim de uma etapa crucial num processo de socialização que se inicia com a entrada na escola e finda, depois de um período mais ou menos longo, com a mudança para a vida activa.

Embora, *“não existindo uma relação de exclusividade, é no entanto possível, associar o fracasso escolar e o abandono com o trabalho dos menores, uma vez que, na maior parte dos casos de insucesso e abandono acontecem em menores que exercem uma actividade económica. Por outro lado, é uma realidade que a actividade desenvolvida pelo menor dificulta a obtenção de tempo para os deveres escolares e para os tempos livres”* (IAS, 2001: 22).

Os menores que exerçam actividade económica têm menos tempo para realizar os deveres escolares e para os tempos livres.

A baixa qualificação escolar e profissional, podem levar o menor para a entrada precária no mercado de trabalho com baixa qualificação e baixos níveis de remuneração, o que origina trabalho precário e instável.

A carência económica e a pobreza são muitas vezes apontadas como a principal causa do trabalho infantil.

O abandono traduz-se na inserção no mercado dos empregos precários, desqualificados e mal remunerados (agricultura, criação de animais, na construção civil, nos serviços pessoais e domésticos, na restauração e hotelaria, nos ramos industriais intensivos em mão de obra indiferenciada) (Ministério do Trabalho e Solidariedade: 1999, G. Alves Pinto: 1998, M. Sarmiento: 2000). Ocupações também podem ser realizadas em casa, sobre a forma de trabalho domiciliário, ou trabalho doméstico.

Outros factores, envolvendo mais directamente a relação problemática da criança com a escola, podem também ter peso no desenho destes trajectos e abandonos.

A cultura popular da infância, gozada em bando de pares, feita de jogos e actividades na rua e no campo aberto sem vigilância directa de adulto, típica de certos meios rurais, bairros populares do centro ou dos subúrbios das grandes cidades, constitui um desses factores. Dificulta a criação de rotinas de comportamento ou de expectativas positivas face à disciplina e ao fechamento escolar. Também a ausência da frequência do ensino pré-escolar e o ingresso tardio na escola (6/7 anos), podem pesar nestes processos.

Para muitas crianças a relação problemática com a escola gera indisciplina, acumulação crónica de insucessos, repetição sistemática de anos escolares, faltas e atraso às aulas. Contra a vontade dos pais vão construindo o seu percurso de abandono prematuro do sistema de ensino.

Outro perfil de abandono das crianças de meios populares urbanos, mas sobretudo suburbanos, franjas operárias, as dos trabalhadores independentes por conta própria (pequenos comerciantes) ou ainda a dos empregados executantes dos serviços. Como têm a escolaridade básica, apostaram pouco numa socialização escolar qualificada dos filhos. Colocaram muitas expectativas no seu desempenho, a sua atitude de estar com os filhos, vão confrontar-se com as limitações objectivas da sua condição desfavorecida. A tendência é para o aumento dos níveis de absentismo às aulas. Contudo, este é desconhecido pelos pais. Constitui um arrastamento lento de práticas parciais de abandono. Aqui as faltas não se relacionam com a necessidade de trabalho para a família, verifica-se, sim a entrada dos jovens na inactividade.

A leitura que fazemos deste fenómeno levou-nos à guisa de síntese a apontar e sistematizar alguns factores de risco que poderão comprometer o percurso escolar das crianças em idade escolar. Consideramos crianças predispostas aos insucesso e abandono escolar, aquelas que se encontram em risco social, por conseguinte mais vulneráveis, as que tem dificuldades de aprendizagem, as absentistas crianças que vivenciaram ou vivenciam ou que se encontrem imbricadas em processos desviantes regra geral acabam por abandonar a escola, ainda, podemos “engordar”/preencher este leque juntando-lhe as crianças pertencentes a classes sociais desprovidas/pobres podemos encontrar ainda crianças excluídas devido a situações étnico culturais, no entender de Correia (1997: 62) estas crianças estão em “risco educacional”, por terem maior probabilidade de virem a experimentar problemas de comportamento e de aprendizagem, devido a um conjunto de factores que os coloca em situações de alto risco educacionais, tais com, o álcool, a droga, gravidez na adolescência, negligencia nas mais variadas formas, (ao nível de higiene, da alimentação, da saúde) e ainda quando vivenciam ambientes socio-económico e sócio-emocionais desfavoráveis.

Para fazer face a esta situação achamos que os factores anteriormente elencados só se tornaram factores de risco se não forem devidamente trabalhados e por conseguinte minimizados, por intermédio de uma intervenção assertiva.

4.2. O Abandono Escolar e o Trabalho Infantil

A ideia de que os conceitos de Trabalho Infantil e Abandono Escolar são fenómenos históricos, de que é necessário compreendê-los nas relações que mantêm com os seus precedentes e a noção de que se relacionam com a forma, com o conhecimento formal a definir socialmente, conduziram-nos também à sistematização, embora de modo sucinto, do contexto histórico e académico em que o problema tem sido construído. Por isso, reflectimos sobre as diferentes perspectivas que o trabalho infantil tem vindo a assumir ao longo dos tempos, bem como a evolução dos mecanismos legais e sociais subjacentes à intervenção no problema e a evolução das concepções, dos critérios de definição e dos métodos de avaliação do trabalho infantil e do abandono escolar em diálogo com as diversas abordagens formais e científicas actuais sobre o tema.

O termo trabalho infantil tem na sua definição um conjunto de elementos de direito que não são unânimes na sua definição ao nível universal, por conseguinte constatamos

alterações ao nível do contexto, tendo em linha de conta os países que o normalizam / padronizam e os âmbitos particulares em que são utilizados.

Partindo das diversas leituras atinentes a esta problemática, podemos constatar que determinados aspectos relacionados com o Trabalho Infantil podem ser considerados universais.

Assim sendo, o trabalho infantil pode ser visto de várias perspectivas, mas qualquer que ela seja esse trabalho é sempre condenado e considerado um acto inaceitável. Ao nível jurídico, este conceito é definido como *“espécie ilícita da actividade de menores, constituída por uma relação laboral, normalmente assalariada, na qual o trabalhador tem idade inferior ao mínimo estabelecido por lei (actualmente essa idade mínima legal é de 16 anos) para acesso ao emprego.”* (Sarmiento et al, 2000).

A abordagem sociológica dá-nos uma definição mais vasta, pois inclui não só a actividade económica, como também o trabalho domiciliário, as tarefas domésticas e todos os tipos de trabalho que envolvam mão-de-obra infantil.

Mas tal como é considerado complexo definir "ser criança", também se torna complicado decidir os limites de trabalho infantil, não só pela natureza das actividades que podem, ou não, ser consideradas exploração, como também pelo prejuízo da saúde e do normal desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, que pode ocasionar.

Na tentativa de encontrar um conceito universal, que englobe todas estas dimensões, o Grupo de Trabalho Interministerial para o Combate ao Trabalho Infantil, 1997, tentou associar a definição de trabalho infantil com o desenvolvimento biopsicológico da criança, tendo concluído que: *"estamos perante trabalho infantil quando as crianças e adolescentes vivem precocemente uma vida semelhante à dos adultos, desenvolvendo actividades cuja natureza, duração ou condições de execução podem prejudicar a sua integridade física e o seu normal desenvolvimento."* (Grupo de Trabalho Interministerial para o Combate ao Trabalho Infantil (1997). Relatório/Proposta. Ministério para a Qualificação e Emprego. polic.).

Outra explicação tenta conjugar as várias perspectivas, mormente a jurídica e a sociológica, é a criada pelo Instituto de Apoio à Criança (IAC) e pela Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil (CNASTI) na pessoa da Presidente da Comissão Executiva – Teresa Costa - *"Trabalho infantil é todo o trabalho desempenhado por crianças com idade inferior a 16 anos e/ou sem escolaridade obrigatória concluída ainda que em situação de trabalho domiciliário ou familiar, ou em actividade fora dos locais "tradicionais" de trabalho (empresa, fábrica) e que, de forma regular, contribui para a*

subsistência do agregado familiar, desde que seja de modo a comprometer o normal desenvolvimento da criança, considerado este no plano da saúde, formação moral e educação.” (Sarmiento et al, 2000).

Como base nas diferentes leituras efectuadas, encontramos elementos que devido ao enfoque da sua abrangência os podemos considerar universais, como sendo, encarar “ (...) *trabalho infantil como uma violação clara dos direitos elementares da criança, definidos na Declaração Universal dos Direitos da Criança.*” Assim, é entendido como condenável toda e qualquer atitude que influencie negativamente, e de forma prejudicial o total desenvolvimento físico e mental, das crianças e pode ir muitas vezes além da noção de trabalho.” (IAS, 2001: 10).

Em síntese assistimos deste modo a duas representações distintas do fenómeno, que passamos a descrever:

a – Trabalho infantil concebido como uma forma de explorar e escravizar as crianças e, como uma ameaça para o seu desenvolvimento.

b – Trabalho infantil é concebido como algo menos do que trabalho e visto como um meio de socialização e aprendizagem.

Esta perspectiva tem contribuído para o perpetuar da invisibilidade do trabalho infantil rural, dificultando o seu reconhecimento económico e social.

Segundo a autora Graça Alves Pinto na sua obra “O Trabalho das Crianças”, estas duas perspectivas são consideradas redutoras. Por conseguinte não existe uma definição clara e uniforme do que é considerado trabalho infantil. (V. Goddard e B. White, 1982: 468; A. Scott, 1982: 538; K. Srinivasan, 1988: 3- cit. in Pinto, 1998: 4),

Devem ser satisfeitas duas condições para que, do ponto de vista do Direito do Trabalho, possamos falar de trabalho infantil: uma condição etária e uma condição de escolaridade. Entendemos assim por trabalho infantil aquele que é realizado por menores de 15 anos, que estão submetidos a obrigatoriedade escolar em regime diurno.

Existe ambiguidade do conceito de trabalho infantil quando se trata de crianças do meio rural. Este trabalho é muitas vezes entendido como um complemento do processo de integração no grupo social como meio de adquirir conhecimentos e atitudes para os papéis adultos.

A participação da criança no trabalho é encarada como um processo de socialização, e não como trabalho.

“Segundo a Inspeção Geral do Trabalho (1994: 3), o trabalho realizado por crianças e adolescentes na agricultura ou em regime de dependência familiar é excluído da categoria de

trabalho infantil. Desta forma, as crianças rurais não contam para as estatísticas das crianças trabalhadoras”. (Ibidem: 5).

A preocupação concentra-se nos que trabalham na indústria e nos serviços das áreas urbanas.

Segundo S. Williams, (1992: 65) as crianças camponesas que laboram fazem parte de “uma grande área cinzenta.” (Ibidem: 5).

No meio rural, na maior parte dos casos não se pode falar de exploração patronal de mão-de-obra infantil. Porém, as condições de trabalho destas crianças não deixam de se revestir de uma certa dureza.

“O trabalho infantil tem sido sempre mais prevalente nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, em virtude da unidade familiar ser a base da produção na economia camponesa.” (A. Scott, 1982: 539).

Na economia camponesa a unidade familiar é entendida como unidade de produção. A actividade profissional e a vida familiar são vistas como um todo inseparável.

Nos meios camponeses, a sobrevivência económica das famílias continua ligada ao frágil equilíbrio entre recursos e necessidades e o sistema de produção familiar persiste. A mudança nos papéis desempenhados dentro deste sistema ainda não se verifica com a mesma rapidez que nos centros urbanos.

Dentro dos parâmetros da Lei, segundo a qual, e de acordo com o n.º 3, do art. 69.º da CRP, o trabalho de menores em idade escolar é proibido. Este documento tem como objectivo proteger as crianças, que devem ter um desenvolvimento integral saudável, com o objectivo de conduzir no sentido de ingressar mais tarde no mercado de trabalho devidamente “equipada”. A actividade laboral não deve retirar à criança o direito de frequentar a escola, onde deve instruir-se, para adquirir habilitações e qualificações profissionais.

Dentro de uma concepção restrita de “trabalho infantil”, este é toda e qualquer actividade produtiva, seja de que tipo for, que não seja efectuada de acordo com o ensino escolar (Sarmiento et al, 2000).

Já Graça Pinto (1998) defende que este fenómeno consiste no trabalho realizado por crianças e em todas as actividades que elas exercem, à excepção das tarefas escolares, religiosas e lúdicas.

Das tipologias surgidas a mais utilizada para definir o que se entende por trabalho infantil é a de Rogers e Standing datada de 1981. Estas tipologias surgem por parte de investigadores ligados à OIT.

Na tipologia são distinguidos dez tipos de trabalho infantil:

1. Trabalho doméstico
2. Trabalho não doméstico
3. Trabalho não remunerado (voluntário)
4. Trabalho forçado ou escravo
5. Trabalho à peça
6. Actividades económicas marginais
7. Frequência escolar
8. Inactividade e desemprego
9. Recreação e lazer
10. Actividades reprodutivas

Perante a ausência de espírito crítico, ausência de coerência, podemos dizer até mesmo que num estado muito elementar esta tipologia não consegue estabelecer com clareza actividades que pela sua natureza possam ser directamente consideradas com aceitáveis.

A tipologia de Bouhdiba (1982) combina o contexto da realização do trabalho dentro ou fora da família com a entidade empregadora. Esta tipologia permitiu identificar oito tipos:

- 1 - Trabalho realizado em família:
 - a - Sem intermediários:
 - 1 - Agricultura familiar:
 - 2 - Artesanato familiar.
 - b - Com intermediários:
 - 3 - Artesanato realizado à tarefa
- 2 - Trabalho realizado fora da família:
 - a - Sem intermediários:
 - 4 - Trabalho realizado por conta própria
 - b - Com intermediários:
 - 5 - Trabalho realizado por conta d'outrem
 - 6 - Trabalho sazonal da agricultura
 - 7 - Aprendizagem
 - 8 - Sweatshop System (trabalho intensivo nas minas ou fábricas).

A teoria de Bouhdiba permitiu uma melhor definição das tarefas realizadas pelas crianças. No entanto, algumas actividades desenvolvidas por estas, não foram englobadas / objecto de estudo. Não está contemplado o trabalho escravo, a utilização militar das crianças, a utilização das crianças no comércio sexual.

A tipologia mais recente data de 1994 deve-se a Morrow, assenta em definições de carácter genérico propostas por organizações internacionais, com maior incidência a UNICEF. As categorias constituídas têm um carácter muito vasto. A sua formulação está ligada á combinação do local de trabalho com a natureza do vínculo laboral celebrado:

- a - Trabalho pago (a criança exerce um trabalho com duração determinada e é paga por pessoas estranhas à família);
- b - Actividades económicas marginais (com carácter precário e irregular);
- c - Trabalho não doméstico no quadro familiar (empresas familiares e agrícolas ou de serviços);
- d - Trabalho doméstico.

Nesta tipologia as actividades de aprendizagem não são compreendidas como trabalho. Cada categoria abrange diferentes realidades, com significado diferenciado dependente do interesse das crianças. Em suma não é possível chegar a outras tipologias a partir desta sobre o critério da aceitação social de determinadas actividades desenvolvidas pelas crianças.

Segundo a autora, a dificuldade em definir uma tipologia deve-se às formas que o trabalho infantil tem vindo a assumir nos diferentes contextos socio-históricos.

Nem sempre poderemos considerar que o trabalho infantil está ligado à exploração. Todavia há circunstâncias em que a realização de uma actividade laboral por crianças é o único modo que lhe resta perante a condição de vida desfavorável em que se encontram.

A perspectiva abolicionista que considera todo e qualquer trabalho desempenhado por crianças como incompatível com os Direitos das Crianças, tem vindo a ser progressivamente substituída por uma corrente que procura ajuizar, a partir das condições contextuais, da possibilidade das crianças realizarem determinado tipo de tarefas. Esta perspectiva foi formulada por A. Fyfe (1989). *“Necessitamos de fazer uma distinção básica entre “trabalho infantil” e “emprego infantil”. Isso libertar-nos-á de muita confusão e fracasso em focar e mobilizar a atenção mais significativa para as prioridades reais dentro do campo. Claramente, nem todo o trabalho é mau para as crianças. Esta opinião recebe quase um consenso universal. Não há dúvidas de que muitas crianças recebem a oportunidade de trabalhar, vendo-a como um ritmo de passagem para a adultês e um elemento positivo no desenvolvimento infantil. Trabalho leve, estruturado apropriadamente e faseado não é emprego infantil. O trabalho que não afecta outras actividades essenciais para as crianças*

nomeadamente o lazer, o jogo e a educação não é emprego infantil. O trabalho das crianças é trabalho que promove a saúde e o desenvolvimento das crianças." (Fyfe, 1989: 4).

Mediante, esta perspectiva *"o trabalho das crianças, realizado em condições de segurança, com intensidade ligeira e com tarefas leves é aceitável, desde que não prejudique a escolaridade e o tempo de lazer das crianças, ao contrário do emprego, ou seja, de um vínculo laboral contínuo, por conta de outrem."* (Sarmiento, nº 3 / 4: 39-40).

4.3. O Abandono Escolar e a Exclusão Social

Como já referimos anteriormente, o abandono escolar tem como consequência a baixa qualificação escolar do indivíduo, o que poderá constituir factor propiciador de situações de trabalho precário, trabalho mal remunerado, de desemprego e de outras situações de vulnerabilidade profissional.

É sabido que com o processo de liberalização do mercado resultante da globalização, surgiu um aumento do risco de marginalização e de exclusão por sectores crescentes da população, as desigualdades acentuaram-se. Neste sentido, os trabalhadores com poucas qualificações e com competências desajustadas às inovações tecnológicas são progressivamente excluídos.

Esta situação resulta do efeito de segmentação social, referido por Pedro Hespanha, e que consiste na "...descolagem dos segmentos mais débeis dos grupos sociais situados na base da sociedade e na promoção dos mais fortes situados no topo" (Hespanha, 2002: 22). Assim, são aqueles que menos qualificações e competências pessoais e profissionais possuem que se «descolam» dos grupos sociais mais desfavorecidos e que estão mais sujeitos à situação de despedimento; e, por outro lado, os mais fortes com funções hierárquicas superiores (que estão no topo) são promovidos. Decorre deste facto, um aumento da distância social entre os grupos sociais mais desfavorecidos e os mais favorecidos.

Por outro lado, Pedro Hespanha refere ainda um outro efeito do processo de diferenciação social: o efeito de «individualização da vida social», que se traduz numa maior autonomia dos indivíduos relativamente ao Estado. Através do desenvolvimento das capacidades individuais (de iniciativa, de adaptação e de antecipação, entre outras) que o indivíduo cria o seu projecto de vida, cria o seu próprio emprego, assumindo a responsabilidade de ser trabalhador por conta própria e dos resultados do seu trabalho.

Esta atitude de responsabilização pessoal do indivíduo, a par da sua autonomia e liberdade, é fundamental para a criação e gestão do próprio emprego, com base num investimento na aquisição e no desenvolvimento de competências e qualidades, através da formação.

Assim, o trabalho por conta própria assume cada vez maior preponderância no contexto social actual. O trabalho por conta de outrem (designado por Habermas como sendo um «trabalho heterónimo») é progressivamente transferido para o primeiro tipo de trabalho, de acordo com a alusão de «O Livro Verde para a Política Social - Opções para a União», referida por Bruto da Costa (1998: 61-62).

Para além dessa mudança da situação perante o trabalho, ocorrem outras relativamente à qualidade e à quantidade da oferta global de emprego, descritas por Pedro Hespanha: surgem formas de emprego indirecto, nomeadamente contratos de prestação de serviços e subcontratação; os empregos não qualificados aumentam; o trabalho informal na base das cadeias é cada vez mais utilizado (2002: 24).

De acordo com as características do sistema de emprego que se está a instituir (tais como, a flexibilização e a insegurança), Pedro Hespanha afirma que este sistema irá provocar um aumento do risco social e de exclusão por parte de um número cada vez maior de trabalhadores em todo o mundo (2002: 24).

O desemprego surge, segundo Alfredo Bruto da Costa, como uma «forma paradigmática de exclusão social na Europa» (1998: 57), pois o emprego constitui um dos principais mecanismos de integração social. Estar desempregado não tem apenas consequências ao nível da privação do sistema de rendimentos/consumo, mas também ao nível relacional e social, na rede de relações proporcionada pelo emprego.

Neste sentido, o desemprego “(...) por um lado, acarreta perda de rendimentos normais (domínio económico), por outro, afecta as relações sociais (domínio social) e, por outro, ainda, atinge o excluído na sua identidade social (domínio das referências)” (Costa, 1998: 17). Portanto, a situação de desemprego para além de influenciar o sistema económico (e conseqüentemente, o poder de compra), influencia outros sistemas (o social e o simbólico) que são igualmente importantes para a integração social do indivíduo.

Iver Moller e Pedro Hespanha referem que relativamente ao sistema de rendimentos/consumo, os desempregados sentem-se marginalizados ou mesmo excluídos. Este sistema é central na sociedade actual e possui “... as correlações mais fortes com os outros sistemas - sistemas de trabalho, sistema de redes sociais e sistema político - (...)” (2002: 66).

Perante a ausência do emprego, os indivíduos são considerados excluídos, «supérfluos» (termo de Viviane Forrester), pois o acesso e a fruição aos outros sistemas sociais é dificultado. E, se considerarmos que o sistema de rendimentos/consumo depende, para a maioria dos assalariados, exclusivamente do sistema do trabalho, a fragilidade/ausência deste origina situações de escassez de recursos, de pobreza.

De acordo com o sociólogo Luís Capucha, os desempregados (entre outros grupos sociais) possuem um modo de vida da restrição. Este modo de vida caracteriza-se pela escassez de bens que consomem e os “...recursos são totalmente afectados à estratégia de vida de sobrevivência quotidiana, sendo demasiado escassos para sustentar processos de mobilidade ascendente” (1998: 230-231).

4.4 Síntese Reflexiva

Como síntese reflexiva podemos dizer que a escola actual é um reflexo da complexidade existente na sociedade. A diversidade de alunos, provenientes de meios socio-económicos e culturais distintos, é uma realidade com que a escola se defronta diariamente. Ora, estamos numa época em que o ensino básico é obrigatório e a escolaridade obrigatória é de nove anos. Continuamos a observar e a sentir os efeitos da desigualdade que a escola, longe de dissolver parece continuar a produzir e a perpetuar.

Achamos, que a aposta se deve centrar numa lógica de ensino diferenciado. E, deixemos de falsos moralismos os quais utilizamos talvez para nos convenceremos, dizendo que todos são iguais, que todos têm os mesmos direitos, os mesmos ritmos, todos trabalham da mesma forma e que o acesso às oportunidades não tem nada a ver com o meio familiar, físico e geográfico, onde nos desenvolvemos.

Por conseguinte, isto possivelmente seria atingível se nos destituíssem da nossa individualidade e, aí, passaríamos a funcionar como robôs.

Será que a padronização é o caminho que se pretende seguir? Seria tudo mais fácil? E essa facilidade repercutir-se-ia em quê e em quem e de que modo?

O acesso ao ensino é generalizado a classes sociais com outros sistemas de normas e de valores, com outras culturas e outro percurso de vida, que se têm de adaptar a outra realidade e que vêem que a escola não integra esses valores. A maior abertura ao exterior, do ponto de vista político e cultural, provocada também pelo avanço dos mass-média,

influenciou mentalidades, operou modificações na estrutura familiar e alteração de papéis dos seus membros.

É ponto assente que a elevada taxa de insucesso, ensombra a nossa educação.

Assistimos á inadequação do plano de estudo à realidade sócio cultural portuguesa. A estrutura é idêntica há dezenas de anos e algumas das poucas alterações introduzidas foram concebidas para povos de diferente estrutura sócio cultural, o plano de estudos é igual para toda a gente. Não se conhece no nosso país uma politica séria e coerente que leve de facto ao combate deste fenómeno. Surgem, sim, medidas pontuais, que alteram o aspecto exterior e tornam “normais” as estatísticas, mas que não visam alterar a realidade. Trata-se em não reconhecer ao sector da educação a importância que lhe é devida.

O investimento para esta área é sempre “magro”, se tivermos presentes as carências do sector. Nega-se o investimento, todavia suportam-se os elevados custos do insucesso escolar e deste flagelo que se tornou a educação em Portugal.

O trabalho infantil tem sido uma preocupação marcante na questão social, pois as pesquisas apontam um elevado número de mão de obra precoce, muitos trabalhando em condições degradantes do ponto de vista moral e perigosa à saúde da criança. A experiência tem demonstrado que, para se ter sucesso nas acções para eliminação do trabalho infantil, deve-se produzir uma estratégia global de intervenção entre os diferentes actores sociais, a sociedade, os meios de comunicação social, etc., que passará pela articulação e conjugação de vários aspectos. Entre estes destacam-se:

Fortalecer e assegurar o eficaz funcionamento da Inspeção do Trabalho, com especial ênfase ao trabalho infantil em sectores de alto risco, garantindo o número suficiente de inspectores capacitados; assim como a sistematização e publicação desses dados;

Centralizar a intervenção nas crianças trabalhadoras, sem esquecer as suas famílias, pois as pesquisas demonstram que, em muitos casos, as crianças contam com o apoio e conviência dos pais ou familiares, quer seja para estimular o trabalho precoce, seja para obrigar as crianças a ajudarem no sustento da casa;

Maior disponibilidade do orçamento do Estado para a criação e desenvolvimento de programas educacionais que auxiliem o retorno, ou que permitam a permanência da criança na escola.

O trabalho das crianças representa em muitos casos, parte do rendimento familiar, pelo que a sua ausência significaria uma perda para o orçamento doméstico. Para prevenir estas situações, torna-se necessário a criação de programas que auxiliem financeiramente estas famílias, assim como o seu encaminhamento para os existentes (por exemplo o

Rendimento Social de Inserção), para que o valor auferido pelo menor não comprometa a sobrevivência do lar, e nem force outro membro familiar a trabalhar precocemente, com a intenção de complementar o orçamento familiar.

Deve-se chamar a intervir outros segmentos da sociedade civil, em especial as ONGs, e as IPSSs, devido à sua proximidade com as populações, conhecimento da realidade social e económica do meio podem-se tornar elementos chave na elaboração de diagnósticos sociais e no posterior delinear de estratégias de intervenção. Considera-se estas instâncias duplamente privilegiadas uma vez que poderão estabelecer relações com a população servindo de interlocutores distintos entre o poder local e o poder central.

Finalmente, destaca-se a importância de detectar e atacar factores responsáveis pelo trabalho infantil. Isto poderia ser uma forma rápida e eficiente de erradicar este tipo de mão de obra. Contudo, não se deve identificar “um único factor responsável”, o que nos faz afirmar que não existe um item específico a ser eliminado.

Creemos, entretanto, que se forem enfrentados os diversos pontos tais como a eliminação da pobreza, o respeito e o estímulo à garantia mínima da obrigatoriedade escolar, e induzida uma alteração no pensamento tradicional de associação entre a criança que não trabalha e a “vadiagem”, além de outros temas que podem ser ligados à cultura de cada país, pode-se concluir que haveria uma considerável redução do trabalho infantil.

5. Considerações Finais

Nos Açores, face à natureza geográfica do arquipélago e à distância do continente europeu, bem como ao facto de cada uma das nove ilhas apresentar potencialidades e problemáticas próprias, as políticas de promoção da coesão social e territorial assumem uma ponderação determinante na efectivação da igualdade de direitos e de oportunidades.

Demasiado tempo, viradas para si mesmas, algumas das nossas ilhas, particularmente as mais frágeis, confrontam-se com disparidades ao nível dos critérios que norteiam a aplicação das políticas sociais. Desde modo pretende-se que sejam alvo agora de condições que fomentem uma atitude colectiva de empreendedorismo social e económico, que promovam a inovação ao nível das organizações locais, dinamizando projectos que proporcionem, simultaneamente, a sua sustentabilidade autónoma e a sua integração no mercado regional e em dimensões mais vastas.

Deseja-se que seja traçada uma política de forma a acolher todos os cidadãos, em função das suas diferentes necessidades, assegurando a realização dos seus direitos e, ao mesmo tempo, a criação de oportunidades para a sua inserção na comunidade, mediante a promoção das suas competências e capacitação para a autonomia.

Em síntese, a procura de um modelo de desenvolvimento de políticas públicas sociais em regiões insulares arquipelágicas e ultraperiféricas, como é o caso dos Açores, deve contemplar uma intervenção que assente na valorização das competências individuais e colectivas das populações das diferentes ilhas, não descurando a criação de valor económico, contribuindo para a preservação de valores e recursos naturais e procurando um impacto efectivo e duradouro nas condições de vida e bem estar.

Os constrangimentos muito próprios que afectam as regiões ultraperiféricas justificam e exigem, na nossa opinião, uma resposta específica, no âmbito da acção da União Europeia, no combate à pobreza e à exclusão social.

Em síntese, nas Ciências Sociais as pessoas trabalham com a Sociedade, a questão fundamental é a de que a sociedade tem duas dimensões. A sociedade é simultaneamente um sistema cultural e o que a diferencia do mundo animal é o sistema cultural, ao passo que os animais vivem num sistema de agregação onde o que domina são as estratégias de reprodução de sobrevivência e de poder. Existe uma semelhança entre a sociedade animal e a humana, o que faz a diferença é a cultura, porque tudo na cultura é diferença. Por um lado, a cultura humana é o que constrói a diferença entre os seres humanos. A cultura é a diferença humana,

mas ao mesmo tempo o que aproxima os seres humanos é as diferenças culturais, dando origem ao comparativismo cultural. A cultura humana é ao mesmo tempo o traço de intercepção e de diferenciação entre o ser humano. Todos os seres humanos fazem as mesmas coisas, fazem sexo, comem, dormem, morrem, mas, fazem-no de forma diferente. Tudo na cultura é diferença.

A sociedade é o objecto de estudo do Serviço Social. A sociedade tem que ser vista como um sistema cultural, não é possível tratar problemas sociais sem a configuração da realidade social. O que é arcaico em Portugal são as relações sociais, a face portuguesa é muito idêntica a qualquer sociedade europeia. O nosso ponto de partida é a natureza social da sociedade humana. A relação cultural é diferente de identidade cultural. Se na sociedade contemporânea se vivem situações semelhantes o diferente é a forma como se lida com a situação. A resposta cultural a situações comuns é que torna o Serviço Social uma prática activa. Há limites culturais na prática do Serviço Social. Não existe serviço Social num *vacuum social*. O Serviço Social é ele próprio parte de um sistema de interacções culturais. O Serviço Social está a sofrer uma transformação como ciência e como paradigma, está a construir o seu património próprio, sendo isto verdade o Serviço Social passa a ser visto como um novo campo do conhecimento. Tem que ser olhado com uma lógica de intervenção que é a da crítica cultural é um conceito que surge nos anos 80 do século passado. Crítica cultural é a denominação que se dá ao pensamento analítico. Trata-se de um sistema transformativo. A nova prática crítica implica no Serviço Social crítica cultural, ou seja, uma análise da sociedade sobre o ponto de vista da cultura. A dimensão da crítica cultural é muito importante. Surgem novos modelos e novas direcções no estudo da sociedade e da cultura, é a diferença e a identidade que importa quando se fala de cultura. Há autores que defendem que a sociedade portuguesa sofre um processo de dissolução, embora se apresente como uma sociedade assente em valores tradicionais onde impera a moral católica.

O êxito do Serviço Social reside em conceber condições para a valorização de um trabalho de parceria e de interdisciplinaridade dando enfoque às relações sociais. Desta forma, pode-se dizer que os Assistente Social intervêm no tecido social com o intuito de alcançar a integração grupal. O Assistente Social tem que ter capacidades, para que possa ser mantida uma maior proximidade com os utentes. Aproximação esta que deverá ter subjacente uma relação empática.

O Assistente Social deve respeitar a opinião e modo de vida de cada utente, tendo em conta o contexto em que está inserido. Contudo, a sua actuação deve estar assente na Lei de

modo a que possa fazer uma intervenção de sensibilização e de divulgação para aquelas pessoas que não tem conhecimento ou que a ignoram.

Pelo exposto consideramos ser necessário conhecer a história do Serviço Social relacionando-a com o desenvolvimento do capitalismo e com as relações sociais de produção do país.

A prática profissional deve ser situada no contexto das relações sociais concretas de cada sociedade.

A prestação de serviços por parte do Assistente Social é mediada por uma relação institucional, que legitima o Serviço Social, e o profissionaliza, incorporando-o ao mercado de trabalho através de um contrato de compra e venda da sua força de trabalho. (Celtas, 1986: 59)

Assim sendo a actividade profissional está subjugada á esfera política. O frágil e fraco desenvolvimento metodológico da profissão torna-a mais vulnerável á manipulação política pelas entidades empregadoras. A privilegiada dimensão política do Assistente Social como articulador entre os sectores populares e os programas institucionais no campo dos Serviços Sociais faz deste profissional um agente político por excelência. (Celtas, 1986: 59)

A intervenção do Assistente Social tem uma vertente educativa e organizativa que visa modificar o indivíduo na sua essência. “Trabalha” o agir, o sentir e a forma como estes estão socialmente integrados. O âmbito de actuação do Assistente Social centra-se na forma de viver e de pensar dos trabalhadores. O profissional visa alterar mentalidades e construir consciências.

A prática profissional desenvolve-se num quadro institucional determinado, dependente das alterações estruturais a que estão submetidas essas entidades, quer seja a factores de ordem interna (autonomia relativa, tipo de serviço que prestam, movimento internos).

Factores externos – conjuntura sociopolítica que determinam as políticas sociais.

Podemos dizer que as características da prática profissional são:

- Determinação social;
- Resultado da forma como os seus trabalhadores se posicionam na estrutura de produção;
- Postura de abertura face às alterações da questão social, modo de vida dos trabalhadores, capacidade de organização e de luta, assim como, as suas formas de agir e pensar que são definidas nas relações de dominação.

As respostas que vão ser dadas por parte do Assistente Social estão ligadas à estabilidade da profissão e ainda ao desenvolvimento e reconhecimento que esta conquista perante as áreas de conhecimento afins.

Ao nível da prática cabe ao Serviço Social intervir a partir dos Serviços Sociais nos aspectos ligados à gestão da vida quotidiana. (Celtas 1968 :61)

O Assistente Social, devido ao facto de que a sua prática se centra e ocorre directamente no contacto imediato com o cidadão, faz com que a sua actuação / intervenção seja um contributo preponderante para a participação na construção das políticas sociais. Visto que tem possibilidade de captar no seu contacto com o terreno, contacto este que é sustentado por um conhecimento teórico científico sedimentado, poderá apropriar-se das preocupações, dificuldades e limitações vividas pelos cidadãos.

Pensamos que caberá ao Assistente Social não um papel de actuação da prática pela prática, mas algo mais profundo que será fazer um papel de mediação ou seja, de interlocutor privilegiado entre duas esferas por vezes antagónicas, distantes e dissidentes quer pela sua distância física (por vezes) quer pela sua inacessibilidade. Trata-se então do papel de dominador entre o dominante – Estado – e o dominado – Cidadão. Daí a importância de que o profissional tenha clareza teórico-política em relação à efectiva postura em prática do seu trabalho.

Os pressupostos que fundamentaram essa atitude foram de natureza filosófica, ética, política e social, e encontram-se abaixo explicitados:

Todos somos diferentes uns dos outros, o que vem a ser o aspecto central da diversidade que constitui qualquer sociedade; não há diferença que faça de uma pessoa um cidadão de menor valia: todos são iguais perante a lei; a “pessoa utente” é cidadã como qualquer outra pessoa e, como tal, tem o direito de receber os serviços de que necessita, sem que, para tanto, necessite permanecer segregada; assim, tem imediatamente o direito ao acesso e à permanência no ambiente comum, independentemente do tipo de problemática social que apresentar e do seu grau de comprometimento com o sistema social.

Para que isso aconteça, a sociedade tem de se reajustar de forma a se tornar acolhedora para todos, isso deverá acontecer em cada comunidade, em todos os níveis de acção pública, em todos os ambientes, em todas as instâncias.

No desempenho da prática profissional procurou-se identificar, inventariar a situação da pessoa grupo ou comunidade com problemas sociais intentou-se as providências necessárias para garantir o acesso imediato e a participação da pessoa nos serviços de forma a

poderem aceder aos recursos disponíveis em cada área fosse ela de natureza pública ou privada.

Assim sendo, procurou-se tornar disponível os suportes que se mostravam necessários para favorecer esse acesso e participação;

Procurou-se promover a capacitação de recursos humanos, trabalhando rumo a uma sociedade inclusiva, para isso, procurou-se trabalhar de forma a favorecer a conscientização dos cidadãos, de maneira geral, quanto à responsabilidade de cada um no processo de construção de uma sociedade inclusiva.

Tais providências constituíram-se nos primeiros passos de caracterização de uma realidade social micro - o concelho de Velas -.

Este processo ou forma de trabalhar no campo social caracteriza-se pela implementação de acções objectivas e afirmativas no sentido de ajustar/adaptar a sociedade, nas várias instâncias de actuação da acção quer ela seja pública ou privada, de forma que ela se torne acolhedora para todos.

Alguns mitos sobre as pessoas destituídas foram criados ao longo da nossa história. Tivemos que enfrentar alguns desses mitos e trabalhar no sentido de os desmistificar.

O pobre é agressivo, é chato, pegajoso, não respeita limites; a criança pobre é perigosa, agressiva, não dá para conviver com outras crianças, as crianças não aprendem e atrapalham o decorrer da aula; o filho de pais alcoólicos regra geral tem défice de atenção, o seu desenvolvimento cognitivo situa-se abaixo da média, nunca vai aproveitar nada do ensino regular, regra geral são sinalizadas para programas educacionais específicos; as crianças apresentam inúmeros problemas de comportamento;

É verdade que alguns encontrarão muita dificuldade em lidar com determinadas situações nomeadamente, com abstracções.

É verdade, ainda, que muitos necessitarão de um acompanhamento mais individualizado que outras crianças. Mas também é verdade que muitos têm uma memória fabulosa! Que outros têm uma habilidade marcante para determinadas actividades ou tarefas. Além disso, tudo o que se expôs acima seria realmente característica exclusiva do aluno proveniente das classes subalternas? Bem o sabemos que não...

Cada utente tem as suas necessidades. A identificação dessas necessidades é papel e função dos técnicos, que deverá contar com avaliações profissionais complementares, quando necessário.

Só partindo da identificação das necessidades é que nos munimos de um manancial importante de instrumentos fundamentais para participar activamente na definição e no

NORTEAR o PLANEAMENTO das Políticas Sociais, procedimento esse que infelizmente ainda não vemos. Considera-se que sem isso não há como efectivamente propiciar um atendimento de qualidade.

Um dos aspectos essenciais desse processo de ajuste é exactamente esse: o da inteiração contínua entre as necessidades dos utentes e as respostas sociais efectivadas.

A intervenção social deve ser destinada aos que necessitam dos serviços e/ou situações especiais por exemplo situação de catástrofe. O atendimento deve ser feito, preferencialmente num ambiente o menos restritivo possível e pelo menor período de tempo, de forma a evitar situações de clientelismo e, conseqüentemente dependência dos Serviços. Os problemas sociais, com as necessidades especiais a eles inerentes tendem a revelar que tipos de ajuda (suporte), diferentes das usuais, são requeridos, de modo a cumprir as finalidades a que se destinam. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e clarificadas nos projectos da competência governamental que deverá ter por base um diagnóstico social. Caso se mostre necessário deverá proceder-se a uma adaptação progressiva do regular,/ existente actuando no sentido de garantir que as necessidades básicas sejam reequacionadas e participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer. Queremos acreditar que no domínio da intervenção, caminharíamos num bom sentido se trabalhássemos com o intuito de fomentar a aproximação dos cidadãos a instância decisória responsável pela definição dos rumos a imprimir à sua vida. Nesse contexto, tornar-se – ia necessário que o ministério responsável se organizasse para:

1. identificar o perfil da pessoa vítima de pobreza;
2. identificar o conjunto das necessidades especiais nele presentes;
3. desenvolver estudos-pilotos que pudessem resultar em conhecimento acerca de que práticas e procedimentos melhor atenderão às suas peculiaridades/especificidades, necessidades e possibilidades;
4. desenvolver um projecto de intervenção consistente com os dados acima mencionados, delineados a atender e a acolher a todos no sistema social ao qual pertencem e estão ou deveriam estar como Homens livres portadores de direitos e deveres.

Seria irrealista pensar que se pode construir um sistema societal inclusivo do dia para a noite, em função de decisões tomadas administrativamente.

Mas a instância político-administrativa pode coordenar o processo de diagnóstico das necessidades da realidade social que vai atravessando a nossa sociedade cada vez mais global influenciada por laivos de multiculturalidade, que temos vindo a assistir nomeadamente nesta

última década. (Portugal Continental, bem como a Região Autónoma dos Açores ao longo dos anos, foram dadores de mão de obra e receptores em pequena escala). Contudo a situação tem vindo a alterar-se a qual deve, por sua vez, nortear a elaboração de um Plano que contenha objectivos coerentes, possíveis de serem alcançados a curto, médio e longo prazos, na delineação, criação e implementação de um sistema inclusivo, de forma gradativa e fundamentada técnico-cientificamente.

A Importância do Planeamento Estratégico vê-se, (embora muitas vezes descurado) porque nenhum processo ou projecto pode ser bem-sucedido, se não for alvo de avaliação. Avaliação esta que possibilitara um estudo crítico cuidadoso sobre a realidade no qual ele estará inserido (necessidades, desejos, objectivos, metas, problemas existentes, desvantagens, vantagens, factores favoráveis, etc.)

- identificação de procedimentos que resolvam os problemas e aumentem os factores que contribuam para o alcance de seus objectivos e metas;
- elaboração de cronogramas realistas e viável de implementação do processo;
- caracterização do sistema e dos procedimentos de suporte que serão necessários para garantir o sucesso do processo;
- elaboração e planeamento do sistema de avaliação do programa que permita acompanhar continuamente o dia a dia da sua implementação, permitindo também identificar as intervenções que se mostrem necessárias para garantir o seu sucesso, materializado no alcance dos objectivos.

Ter presente o Orçamento, que foi feito para cada Serviço, de modo a que possamos gerir de forma adequada as verbas disponíveis.

Como já sabemos, a construção de um sistema inclusivo é, na realidade, um processo fundamental para a transformação da nossa sociedade num organismo mais respeitador, justo e digno, é do interesse e da responsabilidade de todos e de cada um de nós individualmente, trabalhar no sentido de uma sociedade inclusiva.

Desta feita, há que se poder contar com a participação de todas as instâncias da sociedade, em particular as áreas que tutelam a intervenção.

A intersectorialidade, ou seja, a cooperação entre as áreas da Educação, da Saúde, da Segurança Social, da Cultura ... é essencial para viabilizar esse processo.

Cada uma delas tem uma valiosa contribuição a dar. Os pobres precisam ter garantida a regularidade de sua alimentação diária; precisam ser acompanhados com regularidade pelo sistema de saúde, para que seja feito um trabalho ao nível da prevenção de doenças, na promoção da saúde e no atendimento imediato.

Cada sector deve explicitar clara e inequivocamente o seu compromisso político com a construção de um sistema social inclusivo, contando, em seu planeamento político-administrativo, com acções e providências que favoreçam a intersectorialidade na atenção à população escolar.

O questionamento em si não é suficiente. Perceber os limites de uma verdade não produz automaticamente outra. A construção de uma nova síntese passa por um conjunto de acções e reflexões em que gradativamente vai se constituindo uma nova verdade, tornando-a cada vez mais fundamentada.

Consideramos o delinear, definição e implementação das políticas sociais em Portugal precisam do envolvimento activo e reflexivo permanente de seus participantes. A partir do questionamento é fundamental pôr em movimento todo um conjunto de acções, de construção de argumentos que possibilitem superar o estado actual e atingir novos patamares do ser, do fazer e do conhecer.

Se há uma verdade estabelecida, esta tem argumentos que a sustentam. Foi construída por alguém ou por determinado grupo social. Superá-la exige, uma vez feito o questionamento, construir os fundamentos de uma nova verdade. Se questionamos o modo de fazer o queijo da Ilha, precisamos propor novas alternativas, demonstrando a sua validade.

Sintetizando, entendemos que o questionamento e a inquietude intelectual são a mola propulsora para que possamos ter uma intervenção assertiva. Mas a partir dele, é preciso movimentar-se rumo ao encontro de argumentos que justifiquem novas posições assumidas, novas compreensões atingidas. E esse movimento dá-se através do encontro de interlocutores para que se estabeleça o diálogo, definição e delimitação de estratégias de intervenção. Estes interlocutores têm características diferenciadas e, é esta diversidade que contribui para o enriquecimento da nossa intervenção. É preciso também ir ao encontro dos factos, das normas, das vivências. E isso ocorre através dos interlocutores empíricos. Mas não podemos ficar apenas na leitura e na recolha de dados. Precisamos interpretar as novas informações e explicitá-las, de preferência por escrito. Finalmente esta produção precisa ser submetida à discussão crítica e divulgada.

Questionamo-nos enquanto interventora social sobre os seguintes aspectos:

Será que é conveniente politicamente continuarmos a trabalhar numa lógica em que se pretende cidadãos pouco esclarecidos, pouco reivindicativos por conseguinte dóceis, amorfos, passivos, conformistas?

Serão estes os matizes que queremos para os nossos jovens?

Uma outra questão se nos coloca, prende-se com os Projectos que são elaborados em “doutos” gabinetes. Será que são atinentes às realidades concretas, que estão dimensionados e inseridos no Espaço e no Tempo?

Quando falamos de inserção seremos todos conhecedores da sua definição?

Estas são questões que devido à sua complexidade e abrangência pretendo desenvolver no âmbito de trabalhos futuros.

Das análises feitas ao longo deste trabalho pareceu-me assertivo não centrar esta reflexão, apenas em aspectos que podem ser considerados negativos e carregados de desalento, optando-se assim por deixar algumas propostas, em meu entender para que possam funcionar como um contributo, embora modesto, que passaria por, encontrar outras alternativas, sejamos honestos e já que temos a consciência de que a Acção Social está mal não vamos fazer como a avestruz ...

A Acção Social actual é um reflexo da complexidade existente na sociedade. A diversidade de utentes, provenientes de meios socio-económicos e culturais distintos, é uma realidade com que a Acção Social se defronta diariamente. Ora, estamos numa época em que continuamos a observar e a sentir os efeitos da desigualdade que as políticas sociais trazem na sua operacionalização, longe de dissolver parece continuar a produzir e a perpetuar situações de desigualdade social.

A pobreza sempre existiu, ao longo da história são muitas as referências aos pobres e muitas as formas de intervenção, associadas a factos sociais que estando em constante mutação levam a uma constante adaptação do agir ao próprio real. É assim que se passa da acção de cariz caritativo, do campo da pura especulação filosófica e da religião, para uma acção social que faz parte do campo dos valores políticos.

A era das revoluções com a qual emergiu a modernidade entrou em rupturas históricas até então desconhecidas. A ideia de um mundo onde todos acedam a condições dignas de existência, apesar de não ser nova, é no decurso dessas revoluções que pela primeira vez é pensada através da "Questão Social".

A pobreza é uma categoria socialmente construída no contexto das sociedades capitalistas como sendo um problema social. A erradicação da pobreza e dos explorados é uma questão preocupante numa sociedade industrial que começou a emergir e trouxe fracturas sociais perturbadoras á medida que se tornaram mais visíveis as vontades e os poderes, obviamente, humanos que ela própria produziu.

A "Questão Social" do capitalismo desenvolveu-se através dum mundo de competição que deu origem aos episódios mais dramáticos da história, como as Guerras Mundiais e

encontrou uma saída: a combinação entre uma economia capitalista (indústria e mercado) e o Estado Providência. Este obteve resultados na luta contra a pobreza na Europa e faz hoje parte do nosso património político e valorativo, o chamado "modelo social europeu". Tal modelo caracteriza-se por um conjunto de princípios de legitimidade política assente na democracia e na promoção do bem-estar das populações de padrões elevados de protecção social, prestação de cuidados de saúde e educação e formação, segurança e assistência social e com consagração ao acesso às oportunidades de vida aos padrões de qualidade de vida como direito de cidadania.

Os efeitos deste modelo podem permitir ganhos de produtividade, crescimento económico, oferta de emprego, melhor remuneração do trabalho e sucessivo aumento de consumo assim como uma maior satisfação das necessidades e melhoria dos padrões sociais, alcançando assim o objectivo da erradicação da pobreza. No entanto o choque petrolífero de 1973 originou uma consciência da limitação dos recursos o que fez diminuir a euforia que traziam as vantagens do modelo. Na ausência de reformas que o aprofundem, o modelo revelou-se incapaz de por si só garantir o pleno emprego, assegurar a sustentação financeira da protecção social das gerações futuras num contexto dum acentuado envelhecimento, não conseguindo ainda evitar a ameaça da intolerância no que respeita a direitos que foram atribuídos aos cidadãos e que são difíceis de gerir. Acaba por não ser capaz de garantir uma distribuição justa da riqueza socialmente produzida.

Com isto, o objectivo inicial de erradicar a pobreza não é atingido como ainda, além dos velhos pobres, ou seja aqueles que não se tinham integrado, surgem novas categorias de pessoas e grupos em situação de exclusão social.

A sociedade é de novo fracturada mas de uma outra forma; o contexto desta crise é o da globalização dos sistemas económicos, sociais e culturais. A globalização, que representa um passo decisivo no sentido da criação de oportunidades de afirmação do ideal humanista da solidariedade dos homens sem distinção, é responsabilizada pela crise social e pela manutenção da pobreza.

Associada à noção de Pobreza surgem muitas vezes situações que designamos pela expressão «Exclusão Social», *quando a sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de participar e beneficiar de todos esses direitos e sentir-se membro cumprindo os deveres, quer essa negação esteja inscrita nas próprias dinâmicas e instituições sociais, políticas e económicas, quer esteja impressa nas estruturas mentais, a ponto das pessoas desfavorecidas perderem o estatuto de cidadania plena, isto é, serem impedidas de participar nos padrões de vida tidos por aceitáveis na sociedade em que vivem* (Capucha, 1998:5). Isto

implica o que Robert Castel chama de «desafiliação» em relação à sociedade: o não reconhecimento do lugar na sociedade. (Castel, 1995 cit in Rodrigues. 2003:40). Neste pressuposto *excluído não é o que não tem (como o pobre), mas o que está arredado e é discriminado da e pela sociedade em que vive* (Rodrigues, 2003 :40).

Uma sociedade segmentada é uma sociedade fracturada, dizem alguns autores; não no sentido das desigualdades entre classes, onde os interesses configuram uma relação forte de dominação e exploração, mas no sentido da constituição de dois mundos separados; isto é, o mundo dos que estão dentro duma "sociedade normal", e o mundo dos que ficam de fora. É assim que emerge a "exclusão social". (cfr Luís Capucha, debates Assemb. Rep.)

A exclusão do acesso aos recursos disponíveis na sociedade pode manifestar-se com maior ou menor intensidade em diferentes esferas da vida social, ou seja um indivíduo pode encontrar-se fortemente privado de recursos no domínio da habitação, mas não estar no domínio da saúde, da escolaridade, do emprego e desemprego, estas diferentes dimensões são consideradas as necessidades básicas sociais. Por outro lado existem categorias ou franjas sociais mais propensas às supra citadas situações de exclusão, os desempregados, os sem-abrigo, os idosos pensionistas, minorias étnico-culturais.

Estes tipos de exclusão social aparecem muitas vezes sobrepostos na prática. Uma forma de exclusão pode ser consequência de outra forma de exclusão. Por exemplo a situação de pobreza agrava o modo como a família é afectada por certos tipos de problemas, a ponto de conduzir a rupturas relacionais que não existiriam em condições "normais". É este ciclo da pobreza que promove situações graves de exclusão social.

Assim sendo, a integração passa pela existência de grupos que asseguram a solidariedade primária, ou mecânica no qual se constrói o sistema social. Esta ideia não é nova já existe na sociologia através de nomes como Simmel ou Durkheim, o que é novo é a ideia de que os laços se podem romper, quer pelos corpos que asseguram a solidariedade primária, em que pelo isolamento emerge a exclusão, quer pelas sociedades de acolhimento, onde se assume a exclusão como forma de marginalização dos grupos excluídos.

É difícil aceitar a divisão entre sociedade e "não sociedade", entre incluídos e excluídos, não apenas em contextos específicos mas na sociedade em geral.

Como se fosse possível conceber uma sociedade integrada pondo de fora os indivíduos sem laços, seria viver fora de quase toda a estrutura social; são os inversos que foram criados pelo imaginário liberal "a exclusão e integração não são essências ontológicas, mas sim as duas fases opostas de uma realidade contraditória"(cfr João Ferreira de Almeida, 1993)

O principal factor de exclusão social nas sociedades modernas é a escassez de recursos

económicas, esta dimensão material junta-se a uma dimensão social, relacionada com a reconstrução de identidades, isto tudo acarreta uma outra dimensão que é a simbólica, resulta das classificações sobre o que é estar integrado ou o que é estar excluído. Assim o problema está relacionado com a assimetria de poderes que impede o acesso de todos que partilham cidadania. Com isto, estar em situação de exclusão não é ser um "não membro" da sociedade, mas sim um "não cidadão, ou seja um membro da sociedade a quem foram retirados direitos de cidadania. (cfr Luís Capucha, 1998, debates Assemb. Rep.)

Considera-se que toda esta conjuntura de risco e exclusão estão a desvendar um cenário favorável para que os Estados nacionais apostem no desenvolvimento de mais e melhores políticas sociais, reinvestindo na cidadania como é exigido no seio de um conjunto de processos associados à globalização. No entanto, a pertinência da questão reside no facto de que as organizações internacionais parecem alheias a esta realidade ao lidarem com os efeitos da globalização económica segundo estratégias que acentuam as responsabilidades individuais na gestão dos riscos e das incertezas, em vez de apostarem nas responsabilidades governamentais para a redução desses riscos (Deacon, 1998: 11).

Embora nenhuma solução se apresente como categórica para a resolução do problema da exclusão social, dado o panorama de imprevisibilidade existente nos processos sociais e políticos da actualidade, sabe-se, porém, que o fenómeno da globalização deve ser regulado de forma a obter um ponto de equilíbrio que permita colmatar as polarizações que se tem gerado: aproximando, assim, disparidades que coabitam entre si, designadamente, entre os que têm rendimentos, qualificações, educação, emprego, etc., e os que nada têm. Esse ponto de equilíbrio define-se, para o PNUD (1999: 4), pela capacidade de promover o desenvolvimento humano e, para tal, exige-se como requisitos princípios que assentem na ética, na equidade, na inclusão e na sustentabilidade.

O fenómeno da globalização económica tem que se tornar funcional não só em termos lucrativos, mas sobretudo para as pessoas: deve promover um crescimento criador de emprego, investir na qualificação, promover o direito ao trabalho e “proteger” o trabalho informal, tornando-o mais produtivo e remunerador, ou seja, deve criar uma nova via para a flexibilidade que não seja sinonimo de precariedade e desigualdade. O termo “flexicurity”, usado frequentemente em documentos oficiais recentes, pretende precisamente significar este ponto de equilíbrio, mas reconhece-se que, na maior parte das vezes, ele não representa da parte dos *policy makers* mais do que um bom propósito, longe de se poder concretizar.

À semelhança do que se tem vindo a afirmar ao longo desta reflexão, uma análise dos fenómenos de exclusão social, não pode negligenciar o facto de que, embora os processos de

globalização coloquem com relativa frequência a tônica nos efeitos operados ao nível do tecido económico, a globalização invade também a vida pessoal de cada um de nós instalando-se a níveis que escapam ao nosso controlo.

6. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira e PINTO, José Madureira, (1990) Da Teoria à Investigação Empírica, Problemas Metodológicos Gerais, *in*, Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira (orgs.), Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento: Cap. II.
- ALMEIDA, João Ferreira (1993) "Integração e exclusão social: algumas questões." *Análise Social* nº 123-124.
- ALMEIDA, João Ferreira; CAPUCHA, L.; COSTA, A. F. da; MACHADO, L. F.; NICOLAU, I; REIS, E. (1994) *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras, Celta.
- ANDRADE, Marília, (1995) "O Estado, A Sociedade e a Questão da Habitação em Portugal – 1974-1976", *Intervenção Social*, nº 11/12.
- BOUHDIBA, A. (1982), L'Exploration du Travail des Enfants, Nova Iorque, Nations Unies
- BRUTO DA COSTA, Alfredo, (1998) *Exclusões Sociais*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva.
- BRANCO, Francisco; PORTAS, Manuela (1999), *Direitos Humanos e Serviço Social*, Lisboa: Departamento Editorial do ISSScoop.
- CAPUCHA, L. (coord.) (1998) *Rendimento Mínimo Garantido: avaliação da Fase Experimental*. Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Departamento de Estudos, Prespectiva e Planeamento.
- CAPUCHA, L. (2000) "Exclusão profissional, exclusão social e cidadania." In José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (Orgs.), *Cidadania Integração, Globalização*. Oeiras, Celta, pp. 187-201.
- CAPUCHA, L. (2005) *Desafios da Pobreza*. Oeiras, Celta.
- Caracterização Social dos Agregados Familiares com Menores em Idade Escolar*, Região Autónoma dos Açores, IAS; 2001.
- CELTAS, Serviço Social Critico: problemas e perspectivas – um balanço latino-americano, São Paulo, Cortez, 3ª ed.
- CORREIA, L.M. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares*, Porto, Porto Editora .
- COSTA, A. B. (1998) *Exclusões Sociais*. Cadernos Democráticos 2, Gradiva.
- COSTA, Ana Maria Bénard da (1998), " Projecto Escolas Inclusivas", *Inovação - Capacitação dos Alunos para a Aprendizagem*, vol.11, n.º2; Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional (pp.57-85);
- DEACON, B. (1998) "Globalisation and social policy: international actors and discourses". Paper to *ISA Congress*, Montréal (mimeo).
- FALEIROS, Vicente de Paula (1996), "Serviço Social: Questões Presentes para o Futuro", *Serviço Social e Sociedade*, n.º50, Ano XVII, São Paulo: Cortez.
- FALEIROS, Vicente de Paula (1997) *Estratégias em Serviço Social*, São Paulo, Cortez.
- FALEIROS, Vicente de Paula (1997), *Saber Profissional e Poder Institucional*, 5ª edição, São Paulo: Cortez;
- FYFE, Alec (1989), *Child Labour*, Cambridge, Polity Press
- Grupo de Trabalho Interministerial para o Combate ao Trabalho Infantil, (1997) *Relatório/Proposta*, Lisboa, Ministério para a Qualificação e o Emprego (polic.)
- HENRIQUEZ, Alfredo (2000) "1999: Trabalhadores Sociais comprometidos com o seu futuro", *Estudos & Documentos*, nº 4/5, CPIHTS.
- HENRIQUEZ, Alfredo (org.) (2001), *Serviço Social, Ética, Deontologia e Projectos Profissionais*, Lisboa/Madrid/São Paulo: C.P.I.H.T.S., ICSA, Veras.

- HESPANHA, P. (1999) "The Portuguese late Modernization and the Complexities of Inclusion Through Work". In Jens Lind e Iver Moller (Eds.), *Inclusion and Exclusion: Unemployment and Non-standard Employment In Europe*. Aldershot, Ashgate.
- HESPANHA, P.; CARAPINHEIRO, G. (2000) "Introdução". In Pedro Hespânia e Graça Carapinheiro -(Orgs.). *A globalização do risco social: das políticas nacionais às estratégias locais*. Porto, Afrontamento (no prelo).
- HESPANHA, P.; MONTEIRO, A; FERREIRA, A C.; RODRIGUES, F.; NUNES, H.; HESPANHA, M. J.; MADEIRA, R.; HOVEN, R. V.D.; PORTUGAL, S. (2000) *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Colecção Labirintos nº2, Quarteto.
- HOBBSAWM, Eric J. (1987) *Mundos do Trabalho*, trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MTSS (2003), "Sistemas de Protecção Social", *Pretextos*, n.º13, Instituto de Solidariedade e Segurança Social.
- MARUJO, Helena Ágda (1999) *Educar para o optimismo*, Presença.
- MOLLER, I. (1998) "On the spoor of conceptual clarification: the concepts of integration and inclusion", Paper to INPART project (mimeo).
- MOLLER, I. (1999), "Inclusion, marginalization and exclusion: theoretical considerations and empirical evidence from Oenmark." Conferência no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra "Políticas Locais e Descentralização: as Novas Áreas do Social", proferida no dia 11 de Novembro na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- MOLLER, I. (2000) "Understanding Integration and Differentiation-inclusion, Marginalization and Exclusion." *Oficina do CES*, nº151. Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- NETO, José Paulo (1992) *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, São Paulo, Cortez.
- PNUD (1999) *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Trinova Editora
- PINTO, Graça (1998), *O trabalho das crianças – de Pequenino é que se Torce o Pepino*, Oeiras: Celta;
- PINTO, Graça Alves, (1998), "*O Trabalho das Crianças*" Oeiras, Celta Editora.
- PINTO, M. e SARMENTO, M. (1999) *Saberes sobre as crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)*, Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- RODRIGUES, E. V.; SAMAGAI, F.; FERREIRA, H.; MENDES, M. M.; JANUÁRIO, S. (1999) "A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal" *Sociologia*, I série: Vol. IX, Porto.
- RODRIGUES, F. (2003) *Acção Social na Área da Exclusão Social*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SARMENTO, Manuel J.; BANDEIRA, Alexandra; DORES, Raquel (2000), *Trabalho Domiciliário Infantil – Um estudo de Caso no Vale do Ave*, Cadernos PEETI n.º2, Lisboa: MTS/PEETI;
- SARMENTO, Manuel Jacinto *O trabalho infantil na sociedade portuguesa - 1998-2003*, Braga, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, s.d, Documento Policopiado
- SARMENTO, Manuel Jacinto, *A INFÂNCIA E TRABALHO: A (RE)CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS "OFÍCIOS DA CRIANÇA"*, in, Fórum Sociológico n.º ¾
- SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (1993) *Portugal um Retrato Singular*, CES, Porto, Afrontamento.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993) "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português". In Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Portugal: Um retrato singular*. Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998) "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo." *Oficina do CES*, n^o107. Coimbra; Centro de Estudos Sociais.
- SPOSATI, Aldeíza (1992) "Serviço Social em Tempos de Democracia", *Serviço Social e Sociedade*, n^o 39.
- SPOSATI, Adaíza (2002), "Conferencia sobre as políticas de inclusão" in A Nova Era das Políticas Sociais Activas, *Revista Pretextos*, n^o 9, Fevereiro, Lisboa: Instituto Para o Desenvolvimento Social / Ministério da Segurança Social e do Trabalho.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1982) *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*.
- WEISSHAUPT, Jean Robert (org) (1988), *As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social*, 2^a edição, São Paulo: Cortez;